

**CARLA ANDREA PEREIRA DE REZENDE**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS  
REDAÇÕES DO ENEM**

**FRANCA  
2014**

**CARLA ANDREA PEREIRA DE REZENDE**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS  
REDAÇÕES DO ENEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Juscelino Pernambuco

**FRANCA  
2014**

**Catálogo na fonte – Biblioteca Central da Universidade de Franca**

R356a

Rezende, Carla Andrea Pereira

Uma análise discursiva sobre os direitos humanos nas redações do Enem / Carla Andrea Pereira Rezende ; orientador: Juscelino Pernambuco. – 2014  
74 f. : 30 cm.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Franca  
Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestre em Linguística

1. Linguística – Redação. 2. Redação do Enem. 3. Proposta de intervenção social. 4. Direitos humanos. 5. Discurso jurídico. I. Universidade de Franca. II. Título.

CDU – 801:82.081

**CARLA ANDREA PEREIRA DE REZENDE**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS  
REDAÇÕES DO ENEM**

**COMISSÃO JULGADORA DO PROGRAMA  
DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

Presidente: Prof. Dr. Juscelino Pernambuco  
Universidade de Franca

Titular 1: Profa. Dra. Filomena Elaine de Paiva Assolini  
USP/ Ribeirão Preto

Titular 2: Profa Dra. Camila de Araújo Beraldo Ludovice  
Universidade de Franca

Franca, 14/03/2014

**DEDICO** este trabalho à fonte inspiradora de minha existência, meu filho Danilo, presente que Deus me enviou e confiou, joia rara para todo o sempre em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço pela oportunidade de realizar esta etapa da minha vida, sonhos sendo realizados;

à Inteligência Divina, por permitir-me a vida, pois, a todo momento não estive sozinha, Ele está sempre me norteando;

a minha mãe Imaculada que sempre me apoia, com ela aprendi ser a guerreira na qual me transformo dia a dia;

aos meus familiares, que ficaram sempre ao meu lado, em especial neste momento quando tiveram de suportar a minha ausência;

as minhas novas amigas, colegas e muito mais que isso, irmãos intelectuais que dividiram todas as etapas desta fase comigo. Sem vocês, não teria a mesma satisfação;

à Maria Ângela (Susi), em alguns trabalhos minha coautora e revisora, querida para sempre em minha vida, pelo carinho, dedicação e ensinamentos;

ao meu orientador, Prof. Dr. Juscelino Pernambuco, por me orientar e acolher tão prontamente, de forma eficaz;

à coordenadora do Projeto Observatório da Educação da Unifran, Profa. Dra. Maria Regina Momesso, que me iniciou nas leituras da Análise do Discurso e possibilitou que o meu trabalho fizesse parte do projeto;

ao corpo docente do Programa de Mestrado em Linguística, Prof. Dr. Fernando Aparecido Ferreira, Profa. Dra. Vera Lucia Rodella Abriata, Profa. Dra. Maria Flávia Figueiredo, Profa. Dra. Naiá Sadi Câmara, pelos ensinamentos ministrados em sala de aula ao longo deste curso;

à Profa. Dra. Filomena Elaine Paiva Assolini, por ter aceito tão prontamente e dedicado tempo à leitura desta pesquisa e por possibilitar o meu ingresso no grupo de estudos GEPALLE;

à Profa. Dra. Camila de Araújo Beraldo Ludovice, por ter dedicado tempo e paciência à leitura desta pesquisa;

à Universidade de Franca, pela possibilidade de realizar o grande desejo de ser Mestre;

em especial, agradeço a meu filho, Danilo Rezende, por sempre apoiar os meus sonhos e ter trilhado comigo todo esse caminho de aprendizado.

A todos, o meu *muito obrigada*.

*Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa.*

Michel Foucault.

## RESUMO

REZENDE, Carla Andrea Pereira. 2014. **UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NAS REDAÇÕES DO ENEM**. 74 f. Dissertação - Mestrado em Linguística. Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, 2014.

Esta dissertação tem como objetivo principal observar as práticas discursivas das redações do Enem 2012, cuja proposta de escrita tem como tema *O movimento imigratório para o Brasil no século XXI* e analisar os discursos presentes nos enunciados dos alunos ao elaborarem uma proposta de intervenção social para o problema apresentado *respeitando os direitos humanos*, exigida pela Competência 5, como critério de correção do exame. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 no Brasil para avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, é utilizado, hoje, como critério de seleção para acesso de estudantes de escolas públicas em universidades públicas e/ou para os que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni) com vistas ao ingresso em uma instituição privada. O aporte teórico-metodológico de análise centra-se na perspectiva discursiva francesa (AD), conforme Gregolin (2004) e nos estudos foucaultianos (2007, 2006, 2000, 1999, 1996) no que tange às condições de produção das práticas discursivas, às formações discursivas, aos interdiscursos, à heterogeneidade do discurso e do sujeito, à ordem do discurso, à autoria e às relações de saber e de poder. Recorre-se a Pêcheux (1997) ao acessar os conceitos como o de condições de produção e memória discursiva. Para os discursos midiáticos fundamenta-se em Chareau (2007). Andrade e Rabelo (2007) embasam as observações acerca das produções de texto no ENEM. As questões dos direitos humanos assentam-se nos estudos de Bobbio (1997) no que se refere à definição de direitos humanos (naturais); Piovesan (2007) esclarece acerca dos direitos referentes à cidadania, direitos internacionais e suas correlações no sistema jurídico brasileiro. Os objetos de análise centram-se nos enunciados das redações que constam no manual de orientações publicado pelo Inep/MEC intitulado “A redação do Enem: guia do participante 2013”; no Manual do Avaliador do Enem 2013 (Inep/MEC); no Guia do Estudante Redação + Vestibular Enem 2014” e em uma entrevista televisiva com dois professores de redação publicada pelo G1 da emissora Globo.Tv. A Competência 5, em que o candidato deve fazer uma proposta de intervenção social para uma possível solução do problema, exige que o candidato a faça *respeitando os direitos humanos*. Sabe-se que compreender o que sejam “direitos humanos” envolve diversas questões e pontos de vistas de diferentes áreas do conhecimento: filosofia, sociologia, história, economia, comunicação, mídia e a própria área do direito. Estudar as práticas discursivas que permeiam esses enunciados permite ao analista observar que visões de mundo sobre os direitos humanos se revelam nas redações do Enem 2012 pelos sujeitos estudantes e que aspectos ideológicos constituem as memórias discursivas desses jovens brasileiros. Os resultados preliminares apontam para um discurso heterogêneo, vindo de várias formações discursivas, tanto midiáticas sobre os imigrantes como dos textos motivadores da redação que também refletem posições ideológicas. Os efeitos de sentido dos enunciados das redações apontam para um já-dito e não para um discurso proativo de participação do candidato nos problemas sociais do país. Os resultados da pesquisa podem colaborar para a fundamentação da prática pedagógica de professores do ensino médio.

Palavras-chave: Redação do Enem; Proposta de Intervenção Social; Direitos Humanos; Discurso Jurídico.



## ABSTRACT

REZENDE, Carla Andrea Pereira. 2014. AN ANALYSIS ON HUMAN RIGHTS DISCURSIVE in newsrooms OF ENEM. 74 f . Dissertation - MA in Linguistics. University of Franca (UNIFRAN), Franca, 2014.

This dissertation aims to observe the discursive practices of essays Enem 2012 , whose proposal writing is themed The immigration movement to Brazil in the XXI century and analyze the discourses present in the statements of the students to develop a proposal for social intervention problem presented respecting human rights , as required by 5 Skill discretion correction of the examination . The National Secondary Education Examination ( Enem ) , created in 1998 in Brazil to assess student performance at the end of basic education , is used today as a selection criterion for access to public school students in public universities and / or those wishing to apply for a scholarship at the University for All Program ( ProUni ) with a view to entering into a private institution . The theoretical and methodological support of analysis focuses on the French discursive perspective ( AD ) , as Gregolin (2004 ) and Foucault's studies ( 2007, 2006 , 2000, 1999 , 1996) regarding the conditions of production of discursive practices to discursive formations , the interdiscursos , the heterogeneity of discourse and subject to the order of discourse , authorship and relations of knowledge and power . The Group uses Pecheux (1997 ) to access concepts such as production conditions and discursive memory . For the media discourse is based on Chareaudeau (2007 ) . Andrade and Rabelo (2007 ) establishes the comments on the productions of text in ESMS . Issues of human rights are based on studies of Bobbio (1997 ) regarding the definition of ( natural ) human rights ; Piovesan (2007 ) explains about rights regarding citizenship , international rights and their correlations in the Brazilian legal system. The objects of analysis focus on the wording of the essays contained in the guidance manual published by Inep / MEC titled " The wording of Enem : participant guide 2013 " ; the Evaluator Manual Enem 2013 ( Inep / MEC ) ; Writing in the Student Guide + Vestibular Enem 2014, " and in a television interview with two teachers of writing published by the issuer Globo.Tv G1 . Competency 5 , in which the candidate must make a proposal for social intervention to a possible solution of the problem requires the candidate to make respecting human rights . It is known that understand what are " human rights " involves many issues and points of view of different areas of knowledge : philosophy , sociology , history, economics , communication, media and own the right area . Studying the discursive practices that permeate these statements allows the analyst to observe that worldview on human rights are revealed in newsrooms Enem 2012 students by subject and ideological aspects that constitute the discursive memories of these young Brazilians . Preliminary results indicate a heterogeneous discourse , coming from several , both media about immigrants as motivators of writing texts that also reflect ideological positions discursive formations . The effects of sense of the utterances of the essays point to an already-said and not talk to proactive participation of the candidate in the country's social problems . The research results may contribute to the reasoning of the pedagogical practice of high school teachers .

Keywords : Writing Enem ; Proposal for Social Intervention ; Human Rights ; Legal discourse.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 PANORAMA DA ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>15</b>
1.1 ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: APONTAMENTOS TEÓRICOS.....	15
1.2 FOUCAULT: CONCEITOS BÁSICOS.....	19
<b>2 DIREITOS HUMANOS: UM PANORAMA DO DISCURSO JURÍDICO.....</b>	<b>30</b>
2.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS DIREITOS HUMANOS.....	30
2.2 UNIVERSALIDADE E INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS .....	31
2.3 DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	33
2.4 INTER-RELAÇÕES ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A TEMÁTICA DO ENEM 2012 .....	35
<b>3 ENEM: FILTROS DISCURSIVOS DE INFORMAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO PARA A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO RESPEITANDO OS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>42</b>
3.1. DISCURSOS DE ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA: UM FILTRO DE CONHECIMENTO INSTITUCIONAL, ACADÊMICO E CIENTÍFICO.....	42
<b>4 REDAÇÕES DO ENEM: REVELAÇÕES SOBRE DISCURSOS DOS DIREITOS HUMANOS NAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>51</b>
4.1 DISCURSOS ESCOLARES DE ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	52
4.2 DISCURSOS ESCOLARES DE ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL/ GOVERNAMENTAL: MANUAL DO AVALIADOR DO ENEM 2012.....	60
4.3 DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE O ENEM: GUIA DO ESTUDANTE REDAÇÃO VESTIBULAR + ENEM 2014.....	61
4.4 DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE O ENEM: ENTREVISTA <i>PROFESSORES COMENTAM A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM 2012</i> , GLOBO.TV.....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*

Michel Foucault

A dissertação que ora se apresenta faz parte do Projeto Observatório da Educação – 2010 *Linguagens, códigos e tecnologias: práticas de leitura e escrita na Educação Básica: Ensino Fundamental e Médio*, desenvolvido pelo programa de Mestrado em Linguística da Universidade de Franca/ SP (UNIFRAN), com recursos da CAPES/INEP/OBEDUC que tem como um dos objetivos principais observar as práticas de leitura e escrita em diversos gêneros discursivos e suportes desenvolvendo metodologias que proporcionem a melhoria das práticas de leitura formais e informais.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 no Brasil com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, propõe uma prática de leitura de textos no gênero prova de questões fechadas e uma prática de leitura e de escrita, redação do tipo de texto dissertativo argumentativo. Para esta dissertação interessou analisar as práticas discursivas acerca do texto dissertativo argumentativo com vistas a refletir sobre a Competência 5 e, com isto, oferecer subsídios para pensar o trabalho metodológico de ensino de leitura e de produção de textos pelos professores e estudantes do ensino médio.

A partir de 2009, utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem ingressar em universidades públicas e/ou os estudantes que irão concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni) com vistas ao ingresso em uma instituição privada, o Exame Nacional do Ensino Médio substitui ou complementa o vestibular em mais de quinhentas universidades brasileiras.

Em 2012, o tema proposto para a Prova de Redação - *O movimento migratório para o Brasil no século XXI* - deveria ser desenvolvido no texto dissertativo argumentativo, em que o aluno de ensino médio demonstrasse competências para selecionar, organizar e relacionar, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista e propor uma forma de intervenção social – que respeitasse os direitos humanos - para uma possível solução do problema.

Entre as cinco competências estabelecidas como critério de correção dos textos produzidos, a Competência 5 visa a avaliar o desempenho do candidato ao elaborar uma proposta de intervenção social para o problema abordado a respeito da imigração para o Brasil no século XXI, *respeitando os direitos humanos*.

Esta dissertação teve como **objetivo geral** analisar os discursos presentes nos enunciados das redações de candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2012.

Os **objetivos específicos** da pesquisa consistiram em a) apresentar um panorama da transformação por que passou a Análise de Discurso de linha francesa e contextualizar as gerações dos Direitos Humanos no discurso jurídico; b) identificar quais as práticas discursivas sobre a temática da imigração para o Brasil neste século aparecem nos enunciados das redações; c) analisar discursivamente que visão de mundo os candidatos revelam sobre os direitos humanos; d) analisar em que medida os candidatos, ao fazerem a proposta de intervenção, as faz com *autoria* ou se limitam a fazer *comentários*.

O *corpus* selecionado para análise compôs-se de quatro redações de candidatos ao Enem 2012. Dois desses textos foram divulgados no manual de orientações publicado pelo Inep/MEC, em 2013, intitulado “A redação do Enem: guia do participante 2013”; outro no Manual do Avaliador do Enem 2013 (Inep/MEC); um no “Guia do Estudante Redação + Vestibular Enem 2014”, publicado pela Editora Abril. Essas redações foram publicadas com a finalidade de exemplificar como os candidatos costumam atender aos vários critérios estabelecidos para a correção comentando sobre a maior ou menor adequação. Analisou-se também uma entrevista televisiva com dois professores de redação publicada pelo G1 da emissora Globo.Tv, disponível em (<http://globo.com/g1/v/professores-comentam-a-prova-de-redacao-do-enem-2012/2224613/>).

Esta pesquisa se fez metodologicamente bibliográfica e qualitativa. Foi desenvolvida em quatro capítulos. O primeiro apresentou um panorama da evolução dos conceitos que norteiam a Análise do Discurso de linha francesa como um novo campo de investigação da Linguística moderna voltada para a interpretação de textos. Nela delimitaram-se conceitos foucaultianos que são norteadores da prática de análise discursiva. Os conceitos de informação, comunicação e mídias de Charaudeau foram elencados aqui para subsidiar a análise do discurso midiático que reverbera das falas dos professores de redação e dos enunciados dos alunos nas redações.

O segundo capítulo esboçou um panorama do discurso jurídico sobre os direitos humanos, trazendo como aporte legal a Constituição Federal Brasileira de 1988 e apontou como esta se relaciona com os aparatos internacionais de proteção aos direitos humanos, a

forma pela qual os tratados internacionais e os *status* jurídicos são incorporados nesta atribuição. Isso permitiu que se adotasse uma concepção contemporânea de direitos humanos, sendo essa a de uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os discursos da igualdade e liberdade se conjugam e se completam. Esse aporte teórico ofereceu subsídios para que se compreendesse a exigência da Competência 5 em relação à proposta de intervenção social sobre a questão polêmica da imigração no século XXI.

No terceiro capítulo, descreveu-se o Enem como um sistema de avaliação implementado pelo MEC, desde 1998, cuja finalidade, a de avaliar o rendimento do estudante de ensino básico no país, foi ampliada para selecionar candidatos ao ingresso em universidades públicas e privadas. Nesse espaço, contextualizaram - se os suportes das redações a serem analisadas e das falas da entrevista com professores de redação sobre a temática de 2012 no referido exame. O manual de orientações intitulado “A redação do Enem: guia do participante 2013” é uma publicação do Inep/MEC com a finalidade de apresentar a Matriz de referência para a correção das redações, e apresentar e comentar uma seleção de redações “nota 1000”. O Manual do Avaliador do Enem 2013, também publicado pelo Inep/MEC é um documento endereçado à formação do avaliador das redações com base em redações de 2012 classificadas em níveis diferentes. O Guia do Estudante Redação + Vestibular Enem 2014 é uma publicação midiática da Editora Abril com o foco nas discrepâncias apresentadas em redações do ano anterior. Compõem também o *corpus* uma entrevista televisiva com dois professores de redação publicada pelo G1 da emissora Globo.Tv, no dia 04 de novembro de 2012, dia da prova de Redação do Enem.

No quarto capítulo, procedeu-se à análise dos efeitos de sentido produzidos por enunciados das redações de 2012 em atendimento ao tema *O movimento migratório para o Brasil no século XXI*, e por falas de professores de redação em uma entrevista na mídia televisiva. Para tanto, o aporte teórico-metodológico centrou-se na perspectiva discursiva francesa foucaultiana, no que tange às relações de saber e de poder, à ordem do discurso, à autoria, às condições de produção das práticas discursivas, às formações discursivas, aos interdiscursos, à heterogeneidade do discurso e do sujeito. As questões de práticas de leitura e escrita foram fundamentadas em Andrade e Rabelo ( 2007 ) para as observações acerca das produções de texto no ENEM. Para as questões dos direitos humanos encontrou-se apoio nos estudos de Bobbio ( 1997 ) na definição de direitos humanos (naturais); Piovesan ( 2007)

serviu de apoio nos estudos dos direitos referentes à cidadania, direitos internacionais e suas correlações no sistema jurídico brasileiro. Charaudeau (2007) embasou as análises do discurso midiático.

## 1. PANORAMA DA ANÁLISE DO DISCURSO

### 1.1 ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: apontamentos teóricos

Os objetos de pesquisa neste trabalho são observados por meio das lentes da Análise do Discurso de linha francesa, uma nova forma de olhar e compreender os textos, fundada por Michel Pêcheux, na França, entre as décadas de 1960 e 1980, período fértil de mudanças sociais e culturais que encontram eco no universo acadêmico. Pensamentos de filósofos como Sartre, Althusser, Simone de Beauvoir, Derrida, Michel Foucault e outros estimulam a efervescência de discussões no campo intelectual dentro de uma sociedade em transformação.

O período em que, até então se pautava pela teoria estruturalista, de Saussure e Lévi-Strauss como ciência piloto, passa a ser também marcado por releituras de Saussure e outros pensadores como Marx e Freud, referidos por Pêcheux como a “Tríplice Aliança” que sustentou o desenvolvimento da Análise do Discurso (GREGOLIN, 2004).

Em um contexto em que estudar uma língua reduzia-se à prática chamada de ‘compreensão de textos’, por meio de questões de naturezas diferentes, que dessem conta do conteúdo e da forma, surge, na França, “um novo campo de investigação” porque “opera a articulação entre o lingüístico e o histórico”, segundo Gregolin (2004, p.23).

Esse novo campo teórico-metodológico de interpretação de textos propõe outro objeto de estudo, o *discurso*, que não se confunde com o texto nem com o enunciado, mas opera uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. De acordo com Pêcheux e Fuchs, articulam-se “três regiões do conhecimento científico”, que seriam “atravessados por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica”:

- o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p. 163-164)

Um quadro epistemológico cujos fundamentos estão relacionados com a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise caracterizam a Análise do Discurso francesa como uma disciplina de natureza aberta, em permanente interlocução com outras ciências humanas. A



complexidade de seu objeto de estudo – o discurso e suas contradições - exige que a AD configure e reconfigure seu estatuto teórico e seus procedimentos de análise a partir desse momento.

Em sua obra precursora *Análise automática do discurso*, em 1969, Michel Pêcheux desenvolve conceitos essenciais para o quadro teórico da AD, entre eles os de discurso, condições de produção, formação discursiva (FD) e formação imaginária. A perspectiva teórica, todavia, será marcada por revisões, mudanças e deslocamentos desses conceitos essenciais, enquanto Pêcheux, ao transitar pelos campos das outras ciências, sofre influências dos estudos desenvolvidos desde Saussure, Bakhtin, De Certeau, Althusser, Foucault, Authier-Revuz até Courtine, Lacan e outros. Conforme as alterações nas reflexões do arcabouço teórico e metodológico foram sendo feitas por seu fundador, a Análise do Discurso foi se caracterizando por fases, denominadas por AD1, AD2 e AD3, registradas pelo próprio Pêcheux em *A Análise de Discurso: três épocas*, publicado em 1983.

O discurso, no primeiro momento da AD, era concebido como um conjunto fechado de enunciados, sempre parafrásticos. O sujeito do discurso era considerado não em sua individualidade, mas como um sujeito social, sempre assujeitado a uma ideologia, atravessado por ela e pelo inconsciente. O sujeito tem a ilusão de ser fonte do seu discurso.

Por isso, surge a noção de “maquinaria discursiva” (PÊCHEUX, 1997a), compreendida como um conjunto de discursos homogêneos, fechados em si e produzidos em um dado momento, uma “maquinaria” autodeterminada e encerrada em si mesma. Sendo assim, o método de abordagem era uma análise automática do discurso, em que predominava a postura pós-estruturalista de Pêcheux:

Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma. De tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus suportes (PÊCHEUX, 1997a, p. 311).

Compreendido como discurso político - engajado nas lutas de classes, em embate com as idéias marxistas -, ou discurso religioso, ambos fechados em si mesmos, o objeto de análise restringia-se a esse tipo de discurso. Hoje a AD analisa vários tipos de discurso, nos mais diversos campos do saber.

Um segundo momento da AD se inicia quando Pêcheux problematiza a própria metodologia de análise do discurso e do sujeito, concluindo que o plano estrutural metodológico da análise automática teve como efeito o primado do Mesmo sobre o Outro, levando a análise à busca das invariâncias das paráfrases de enunciados sempre repetidos (GREGOLIN, 2004).

Em substituição ao conceito de maquinaria discursiva, Pêcheux reinterpreta a noção de formação discursiva de Foucault (2000) e institui nesse momento a noção de FD (formação discursiva) para a AD:

[...] a noção de formação discursiva, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘preconstruídos’ e de ‘discursos transversos’) (PÊCHEUX, 1997c, p. 314).

Mediante a reelaboração da noção de FD, vista não mais como “um lugar estrutural fechado”, mas invadido por elementos que vêm de outras FDs e a elaboração da noção de interdiscurso, introduzida para designar “o exterior específico” desta FD, Pêcheux (1997b, p. 162) registra, em *Semântica e Discurso* (1975), os primeiros esboços da noção de heterogeneidade do discurso. Por reproduzir a contradição presente na FD da qual procede, o discurso não constitui um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo. Desta maneira, a formação discursiva passa a ser caracterizada pela heterogeneidade, o que determina, conseqüentemente, a natureza heterogênea do discurso.

Authier-Revuz (1990) baseia-se na concepção de interdiscurso proposta pela AD francesa, na teoria do sujeito construída pela psicanálise e nas noções de dialogismo e polifonia apresentadas por Mikhail Bakhtin para desenvolver o conceito de heterogeneidade enunciativa, assimilado, por sua vez, por Pêcheux e pela AD francesa.

Essa noção de heterogeneidade, proposta por Authier-Revuz (1990), evidencia resquícios de um discurso *outro* no próprio discurso, vale dizer, várias vozes, vários discursos que se manifestam na fala do sujeito.

A linguagem é considerada heterogênea em sua própria constituição, e como a materialidade do discurso é de natureza linguística, para Authier-Revuz (1990), é natural

considerá-lo também heterogêneo. A autora distingue duas formas de heterogeneidade, a mostrada<sup>1</sup> e a constitutiva<sup>2</sup>.

Em um terceiro momento da análise do discurso, Pêcheux se aproxima das propostas bakhtinianas e foucaultianas, pressionado pelas crises das esquerdas francesas, do estruturalismo e do marxismo. Gregolin (2004, p. 153) assegura que “ele reordena o projeto epistemológico a partir de uma desconstrução das bases longamente gestadas desde 1969”.

A partir de então, Pêcheux passa a rever o conceito de sujeito e a considerá-lo não mais como interpelado por uma ideologia, mas por várias ideologias. O autor reconhece que, no interior de uma formação discursiva convivem discursos provenientes de outras FDs e essas relações nem sempre são pacíficas. O discurso começa a ser visto não como um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, pois ele reflete a contradição presente na FD da qual decorre.

Marx, Saussure e Freud marcam a “tríplice aliança” das fontes da AD, confluências do pensamento de Pêcheux, Foucault, Bakhtin e a “Nova História” (GREGOLIN, 2004, p. 157).

A terceira fase da AD configura-se pelas fontes da “tríplice aliança” (Marx, Saussure e Freud) e pelas confluências do pensamento de Pêcheux, Foucault, Bakhtin e a “Nova História” (GREGOLIN, 2004, p. 157).

Do ponto de vista de seu fundador, Pêcheux (1997c), a AD1 é considerada como a fase de exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural; a AD2 como a da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual; a AD3 como a emergência de novos procedimentos da AD através da desconstrução das maquinarias discursivas.

---

<sup>1</sup> A heterogeneidade mostrada apresenta marcas da presença do outro no discurso, ou seja, a alteridade se manifesta ao longo do discurso e pode ser recuperada de maneira explícita por meio da análise. Essa forma de heterogeneidade pode ser marcada e não-marcada. Quando for marcada, é da ordem da enunciação, visível na materialidade linguística, como, por exemplo, o discurso direto, as palavras entre aspas. Se for não-marcada, é da ordem do discurso, sem visibilidade, como o discurso indireto livre e a ironia.

<sup>2</sup> A heterogeneidade constitutiva não se apresenta na organização linear do discurso, pois a alteridade não é revelada; ela permanece no interdiscurso e por isso, não é passível de ser analisada (AUTHIER-REVUZ, 1990).

## 1.2 FOUCAULT: conceitos básicos

Este tópico da pesquisa traz à tona, em linhas gerais, conceitos desenvolvidos por Foucault ou reformulados no campo da AD, importantes para olhar o objeto de análise. Remeter-se ao contexto de produção, da evolução por que passou o trabalho do filósofo colabora para a compreensão de sua metodologia de análise.

Primeiramente, Foucault pesquisou os diferentes modos de investigação científica que, como resultado, produz uma objetivação do sujeito. Voltou-se para a história da loucura, da medicina e de certos campos do saber que trataram de temas da vida, da linguagem e do trabalho. Ao analisar esse movimento da sociedade, Foucault buscou um método, o ‘arqueológico’, para entender a história dos saberes, ou o surgimento das ciências humanas (GREGOLIN, 2004).

Mais adiante, Foucault estudou uma forma de objetivar o sujeito por meio do que chama de “práticas divergentes”. Para ele, o sujeito pode ser dividido no interior dele mesmo ou separado dos outros por meio de técnicas disciplinares. Foucault analisa então a articulação entre os saberes e os poderes, a partir do que chama de uma “genealogia do poder”. Como resultado dessas análises surge a idéia de que o poder se pulveriza na sociedade em inúmeros “micro-poderes”, de onde surge a visão da “micro-física do poder”. Seu foco de atenção será para as práticas de poder, para os dispositivos do poder nas “sociedades disciplinares”, como as instituições que controlam os corpos nas prisões, nas fábricas, nas escolas e outros (GREGOLIN, 2004).

Em uma terceira etapa, Foucault investigou a subjetivação a partir de “*técnicas de si*” e da “*governamentalidade*”, ou seja, do governo de si e dos outros, segundo Gregolin (2004, p.55). Suas pesquisas foram na direção da sexualidade e da constituição histórica de uma ética e uma estética de si, procedimentos de subjetivação que constituem, para os sujeitos, a idéia de identidade. O sujeito é o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra. Gregolin (2004, p.58) acrescenta que “ele é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária”.

Segundo Foucault (1981), em *As palavras e as Coisas*, quem detiver o poder organizador (arqueológico), disciplinador e discriminador validará como “verdade” mesmo o que não for “verdade em si”. O método da “genealogia” analisa as redes de micropoderes. A

pesquisa, apóia-se no método de “arqueologia” com seus conceitos e terminologias específicos como “solo positivo”, “solo epistemológico”, “ordenamento geral”, designando espaço - o “topos<sup>33</sup>” - sobre o qual as coisas, seres, ideias são posicionados e passam a parecer o que não são; a repetição sistemática deste ordenamento constitui (constrói) o “solo positivo” onde uma crença ou visão de mundo vigiará, cuja duração poderá ser tão lenta como o tempo das mentalidades. Se o método da “genealogia” possibilita uma radiografia do interior das instituições, desnudando suas forças internas de poder, o método da “arqueologia” nos mostra a arquitetura dos sistemas de “verdades” vigentes, anunciando possibilidades de superação mediante um novo reordenamento.

Ao aprofundar a pesquisa sobre as contribuições de Foucault para a construção do sujeito, é importante conceituar, de alguma maneira, o que o filósofo entende por linguagem para compreender como ele trata os aspectos que constituem o discurso e o colocam em movimento. Uma vez que a linguagem é como um instrumento que liga o nosso pensamento à coisa pensada, Foucault a entende como constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo. Segundo Foucault:

A linguagem acaba por mostrar as coisas como que apontando-as com o dedo, e na medida em que elas são o resultado, ou o objeto, ou o instrumento dessa ação; os nomes [as palavras] não recortam tanto o quadro complexo de uma representação; recortam, detêm e imobilizam o processo de uma ação. A linguagem “enraíza-se” não do lado das coisas percebidas, mas do lado do sujeito em sua atividade (FOUCAULT, 1981, p. 305).

Inseridos desde o nascimento num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão circulando há tempos, as pessoas se tornam sujeitos derivados desses discursos. Para Foucault, o sujeito de um discurso não é a origem individual e autônoma de um ato que traz à luz os enunciados, ele não é o dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para falar sobre ele. O sujeito reproduz os já-ditos conforme sua memória discursiva. É possível reconhecer os discursos pedagógicos, jurídicos, religiosos, políticos e outros e ver a irrupção de acontecimentos.

---

33 “Solo positivo”: topos ou espaço temporal onde medram as “verdades”, ou desejos de “verdades” de que detiver o poder de desejar; “Epistemes”: significam condições possibilitadoras do estabelecimento de “verdades”, conferem veridicção para as “verdades” que se pretendem. Os mais diversos discursos e instituições da mídia, das instituições, dos monumentos despertam e consolidam verdades.

O discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”, segundo Foucault (2000, p.135). Eles não estão ligados por nenhum princípio de unidade, são dispersos, mas caracterizam-se como discursos quando um conjunto de enunciados remete a uma mesma formação discursiva.

O enunciado, na perspectiva foucaultiana, não é nem uma proposição, nem um ato de fala, nem uma manifestação psicológica daquele que fala. O enunciado nem precisa mesmo se restringir a uma verbalização sujeita a regras gramaticais, segundo o autor, é uma “função de existência que pertence exclusivamente aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não” (FOUCAULT, 2000, p.99). Os enunciados são sim “coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, das quais procuramos apropriar, que repetimos e reproduzimos e transformamos [...]”(FOUCAULT, 2000, p.138 – 139).

Um arquivo, por sua vez, é todo um conjunto de regras que, num dado período histórico e numa dada sociedade, “rege tanto aquilo que pode ser dito- em termos de seus conteúdos, seus limites e suas formas de manifestação – quanto tudo o que deve ser lembrado, conservado, reativado” (FOUCAULT, 2000, p. 149).

O arquivo é o que pode e o que não pode ser dito, o sistema que rege as condições históricas de possibilidade de enunciados. Os enunciados possuem regularidades próprias, que regem suas formações e transformações.

O discurso nunca pode se colocar fora do acontecimento e dos poderes que o acontecimento coloca em circulação. De acordo com Foucault, o discurso “é um conjunto de enunciados na medida em se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2000, p. 135).

O discurso, portanto, está ligado intimamente a uma formação discursiva que para Foucault, consiste em uma “grande família de enunciados” e que a análise de uma formação discursiva consistirá na descrição dos enunciados que o compõem:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva[...] (FOUCAULT, 2000, p.43).

A análise de um discurso deve compreender os efeitos de sentido que ele produz, indagando sobre as suas condições de produção, já que ele é determinado histórica e socialmente. O autor remete-se à historicidade do discurso no trecho:

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo em um determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2000, p. 135).

As práticas discursivas, por sua vez, modelam a construção de mundo pelo sujeito, a maneira de compreendê-lo e de falar sobre ele. Mesmo que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la e fazê-la funcionar. Ela não é somente um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, ela é todo um conjunto de produção de enunciados. As práticas discursivas são:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa ( FOUCAULT, 2000, p. 136).

Quanto ao discurso, não se pode falar qualquer de coisa em qualquer lugar e em qualquer época. As relações discursivas não são internas ao discurso, não ligam entre si conceitos e palavras, ou seja, ao descrever a formação dos objetos de um discurso, busca-se proximidade dos relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina a organização léxica e nem a semântica.

Foucault (2000, p.236) procura estudar a constituição do sujeito como objeto para si próprio e pensa em procedimentos pelos quais o sujeito é levado a observar-se,

analisar-se, decifrar-se e reconhecer-se como campo do saber possível:

Trata-se, em suma, da história da 'subjetividade', se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo (FOUCAULT, 1981, p. 223).

Visto que a linguagem é um instrumento que liga o nosso pensamento à coisa pensada, Foucault entende a linguagem como constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo. Segundo Foucault:

A linguagem acaba por mostrar as coisas como que apontando-as com o dedo, e na medida em que elas são o resultado, ou o objeto, ou o instrumento dessa ação; os nomes [as palavras] não recortam tanto o quadro complexo de uma representação; recortam, detêm e imobilizam o processo de uma ação. A linguagem "enraíza-se" não do lado das coisas percebidas, mas do lado do sujeito em sua atividade (FOUCAULT, 1981, p. 305).

Desde o nascimento, vivemos num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão circulando há tempos e, por isso, nós nos tornamos sujeitos derivados e repetíveis desses discursos. Para Foucault, o sujeito de um discurso não é a origem individual e autônoma de um ato que traz à luz os enunciados, ele não é o dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para falar sobre ele. Foucault aponta que um tema liga-se a outro tema:

[...] segundo ao qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que esse já dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito [...](FOUCAULT, 1981, p.28 ).

Inseridos à sociedade, o sujeito reproduz os já - ditos, conforme sua memória discursiva, será reprodutor de já - ditos. Para Foucault, as condições de produção e as formações discursivas marcam os discursos pela busca da repetição; podemos analisar os discursos pedagógicos, jurídicos, religiosos, políticos, etc. e ver a irrupção de acontecimentos, são divisões invisíveis das disciplinas organizadas:



As disciplinas organizando as <celas>, os <lugares> e as <fileiras > criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores [...] A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de <quadros vivos> que transformam a multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas [...] (FOUCAULT, 1996, p.135).

Certamente construído segundo as regras do enunciado e conseqüentemente a questão porque e como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar, indaga Foucault:

[...] à idéia de que o nome autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho.[...] A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade (FOUCAULT, 1999, p.46- 46).

O discurso tem elo com uma formação discursiva, está ligado e interligado as outras formações discursivas, de acordo com Foucault (2000, p. 135), o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. O autor remete-se à historicidade do discurso no trecho:

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo em um determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2000, p. 135).

A definição de discurso em Foucault permite entender que as práticas discursivas modelam nossas construções de mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E ainda que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la

e fazê-la funcionar. Ela não é somente um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo um conjunto de produção de enunciados. As práticas discursivas são, conforme Foucault:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2000, p. 136).

O discurso é algo diferente, não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época. As relações discursivas não são internas ao discurso, não ligam entre si conceitos e palavras, ou seja, ao descrever a formação dos objetos de um discurso, busca-se proximidade dos relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina a organização léxica e nem a semântica (FOUCAULT, 2000). Portanto, não se pode falar qualquer coisa em qualquer lugar e nem em qualquer época.

Foucault (2006b, p.236) procura estudar a constituição do sujeito como objeto para si próprio e pensa em procedimentos pelos quais o sujeito é levado a observar-se, analisar-se, decifrar-se e reconhecer-se como campo do saber possível:

Trata-se, em suma, da história da 'subjetividade', se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo.

Como fio condutor para o conhecimento de si mesmo, Foucault (2006b) propõe as “técnicas de si”, que são procedimentos que existem em toda civilização, prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la graças a relações de domínio e de conhecimento de si.

É necessário observar a ordem, imaginar um projeto, uma coerência, uma temática com consciência da vida do autor, Foucault aponta que o indivíduo escreve e inventa. Aquilo que escreve e não escreve, aquilo que desenha, mesmo de forma provisória (rascunho). Todo esse jogo de diferenças está elencado na função autor.

Em contraposição, o “comentário”, segundo Foucault, limita o discurso pelo jogo de uma identidade, que tem forma de repetição dele. O autor tem o princípio limitador pelo jogo de uma verdade formado por uma identidade e o eu.

A informação informatizada e virtual não sai do massificado, do superficial, do repetitivo, não escava (arqueologia foucaultiana), não considera as *epistemes*. Esta informação baseia-se no que circula nas mídias, deriva dos discursos circulantes no *marketing*, em algumas situações em discursos dramáticos e não reproduzem a informação tal qual e como ela realmente acontece.

O discurso midiático repete a comunicação, ou seja, o que eleva os índices de audiência daquele meio de comunicação, omitindo em outros casos a informação, aquilo que realmente aconteceu e oculta o fato de menor dramatização, desta forma, estas relações de saber e poder veiculadas e circulantes, são dadas e nascem como verdades.

O processo de construir o sujeito em oposição ao indivíduo, sujeito que beberá na fonte midiática à luz da comunicação em detrimento da informação, algo escavado, aprofundado na realidade dos fatos. Os discursos midiáticos estão inseridos nesta ordem discursiva, reproduzindo os já – ditos da comunicação e não os da informação, como define CHARAUDEAU (2007):

Informação, comunicação, mídias, eis as palavras de ordem do discurso da modernidade. Distinção impõe-se para tratar destas questões: “informação” e “comunicação” são noções que remetem a fenômenos sociais são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las suas diversas lógicas-econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e quantidade de sua difusão) e simbólica (servir a democracia cidadã). A tentativa de análise de um discurso de informação não é uma tarefa fácil, isso porque de maneira geral está ligado, ao poder explicativo, quando na verdade, o que domina muitas vezes é a confusão, isto é, a ausência de discriminação dos fenômenos, a falta de distinção entre os termos empregados, o déficit na explicação.

Nesta esfera diferencia-se a informação da comunicação, aparentemente parecidas e sinônimas, porém, se diferem muito nos seus sentidos e definições, como afirma o autor:

Primeira distinção para tratar dessas questões: “informação” e “comunicação” são noções que remetem a fenômenos sociais; mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas – econômica( fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã).É justamente neste ponto que se tornam objeto de todas as atenções: do mundo político, que precisa delas para sua própria “visibilidade social” e as utiliza com desenvoltura (e mesmo com certa dose de perversidade) para gerir o espaço público – apesar de desconfiança que as mídias suscitam, por serem um potente produtor de

imagens deformantes; do mundo financeiro, que vê na mídias uma fonte de lucro em razão de suas ligações com a tecnologia e o marketing em escala mundial; do mundo das ciências e da tecnologia. Que vê aí a ocasião de aperfeiçoar os meios de transmissão dos sinais e desenvolver suas próprias atividades de pesquisa; do mundo das ciências humanas e sociais, dentre as quais, a Sociologia, que se interessa pelo impacto das mídias sobre a opinião pública (CHARAUDEAU, 2007, p.15-16).

Na atualidade, as verdades, o conhecimento, a compreensão e a interpretação estão sob a égide do poder midiático que ampara em idéias de quem tem o poder de concebê-las. O autor é aquele que dá a inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção real (FOUCAULT, 2006a, p. 28).

Autor, segundo Foucault, precisa avaliar as repercussões teóricas, temas da atualidade e desvanecer do sujeito escritor na sua própria escrita, deverá debruçar-se sobre o modo como aponta essa figura exterior e seguir um rumo que já fora traçado e recusar as unidades problemáticas *de autor* e *de obra*, que a cultura cimentou em relação ao autor:

O nome de autor não é um nome próprio como qualquer outro, mas antes um instrumento de classificação de textos e um protocolo de relação entre eles ou de diferenciação face a outros, que caracteriza um modo particular de existência do discurso, assinalando o respectivo estatuto numa cultura dada (FOUCAULT, 2006a, p. 21).

A função autor caracteriza-se pelo modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos no seio de uma sociedade. Ao se referir aos comentários, têm-se para Foucault (1999), limitada do jogo de identidade (motivada pela repetição do mesmo), no caso do autor o jogo de identidade tem a forma da individualidade e do eu.

A existência do indivíduo faz exercer as relações de saber e poder entre eles, pensa-se no poder como uma teia, fios condutores que se ligam e se interligam, faz-se um exercício que circula e veicula as relações de saber e poder. Para Foucault, o poder não existe, o que existe são as relações de poder, instrumento das relações humanas. Pensar em poder é colocá-lo em outra dimensão, ou seja, ninguém nasce com plena consciência de poder, é nas relações, nessa transferência, que ora um detém este poder, ora outro. O poder não é uma propriedade que se adquire e que possa ser transmitida.

Para Foucault, o poder não existe, o que existe são as relações de poder. No entender de Foucault, o poder é uma realidade dinâmica que ajuda o ser humano a manifestar sua liberdade com responsabilidade. A ideia tradicional de um poder estático, que habita em um lugar determinado, de um poder piramidal, exercido de cima para baixo, em Foucault é transformada. Ele acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade. A noção de poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido, pois tal visão somente servia para alimentar uma concepção negativa do poder, aquele de punir e mutilar e não em sua concepção positiva de aprimorar o indivíduo.

Os escritos do pensador buscam compreender os discursos em que o próprio sujeito é colocado como objeto de saber possível de compreender quais são. Para Foucault (1981, p. 236) “os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento.”

Os chamados processos de subjetivação, nesse caso, referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto.

A compreensão das condições de produção sócio-históricas de um processo discursivo, segundo Pêcheux (1997a) é a partir das supostas formações imaginárias que são colocadas em jogo e que designam o lugar dos interlocutores na estrutura de uma formação social. Em outras palavras, o que é dito ou enunciado não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que os interlocutores ocupam.

Implica dizer que o locutor, a partir do seu próprio lugar tenha a habilidade de prever onde o seu interlocutor o espera. Conseqüentemente, a antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de qualquer discurso. No entanto, a formação imaginária não se limita apenas à imagem que os interlocutores atribuem a si e ao outro, mas se estende à imagem que eles atribuem ao referente, ou seja, o ponto de vista dos interlocutores sobre esse objeto imaginário.

A importância da noção de condição de produção reside em possibilitar ao dispositivo analítico uma forma de verificar/observar “como o discurso é engendrado pela relação entre as relações de força, que são exteriores à situação do discurso, e as relações de sentido que se manifestam nessa situação” (PÊCHEUX, 1997a, p. 87).

A respeito dos direitos humanos Foucault (1996) pensa que o Governo deve existir para garantir e proteger os direitos que são existentes por si só, que diferentemente dos pensadores conservadores, defensores de que os direitos só existem se existir uma lei, um código, uma constituição, e que existindo estas leis o rol de direitos sejam taxativos e não exemplificativos, de uma forma ampla e de proteção geral. Para Foucault (1996, p. 29) “o sentimento de injustiça que o prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter”.

Após exposição ao sofrimento que a lei o colocou (não ordenou ou previu), a pessoa sofredora entra em um estado de cólera contra tudo e contra todos e seu desejo é se transformar em um carrasco (FOUCAULT, 1996, p. 235). Diante da dor causada pela punição do corpo, aponta Foucault que melhor seria vigiar a punir, alimentando a prevenção.

A postura do Estado em suas relações com os governados deve ser de constante vigia, para a garantia e preservação dos direitos fundamentais a condição humana.

## **2. DIREITOS HUMANOS: um panorama do discurso jurídico**

Conceituam-se e definem-se os direitos humanos sob dois aspectos, primeiro trata da análise dos fundamentos primeiros destes direitos, temática relevante para a filosofia, sociologia e ciência política contemporânea. Abordagem jurídica desta categoria de direitos, em segundo aspecto, que se relaciona diretamente com o conjunto de tratados, convenções e legislações cujo objeto é a definição e regulação dos mecanismos, internacionais e nacionais, garantidores dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A expressão direitos humanos são referenciada em situações políticas, sociais e culturais que se diferenciam entre si, tendo significados diversos. Assim, o conceito de direitos humanos alcança um caráter fluido, aberto e de contínua redefinição. Nesta ambiência, percebe-se facilmente, uma definição melhor apropriada a cada autor.

Sob essa ótica, os direitos humanos são aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser humano, por sua própria natureza e pela dignidade que a ela é inerente.

Além dos aspectos normativos, os direitos humanos são produtos de lutas políticas e dependem de fatores históricos e sociais que refletem os valores e aspirações de cada sociedade e também requerem um ambiente propício para que sejam respeitados. Por isso, os direitos humanos devem ser examinados sistematicamente a partir de uma perspectiva interdisciplinar que considere todos os seus aspectos e não perca de vista o contexto histórico e social em que estão inseridos.

### **2.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS DIREITOS HUMANOS**

A II Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, a Declaração de Viena é resultado de um dos documentos mais abrangentes adotados consensualmente pela comunidade internacional sobre o tema dos direitos humanos. Esta Conferência contribuiu

decisivamente para consolidar e difundir a importância de temas de interesse internacional como os direitos humanos. Além disso, pôs fim a antigas disputas doutrinárias sobre os principais fundamentos dos direitos humanos.

De fato, os direitos humanos adquirem algumas características próprias, que os diferenciam dos demais direitos e ajudam a defini-los e a reconhecê-los, são elas: internacionalismo, universalidade, indivisibilidade e como direitos frente ao Estado.

## **2.2 A Universalidade e Indivisibilidade dos Direitos Humanos**

O debate sobre os fundamentos comuns dos direitos humanos encontra-se intimamente relacionado com a própria eficácia dos mecanismos garantidores do sistema de proteção desses direitos. A questão de legitimação universal dos direitos humanos deixou de ser teórica e abstrata passando a fazer parte do conjunto de fatores determinantes de sua eficácia.

Assim, a construção de uma teoria justificadora dos direitos humanos, que possa fundamentá-los e que sirvam para definir quais são os direitos humanos, supõe a superação da dicotomia universalismo/relativismo. A idéia central do relativismo consiste em afirmar que não existe um valor moral único que possa atender ao bem-estar de todos os seres humanos porque as particularidades culturais exercem um papel determinante na forma sob a qual os valores assegurados pelos direitos humanos irão formalizar-se.

Contudo, é preciso modificar esse entendimento por meio da identificação de argumentos racionais que possibilitem a construção dos fundamentos dos direitos humanos em torno também de valores universais, resumidos na idéia de dignidade humana. A manutenção da dignidade humana constitui o cerne dos direitos humanos, pois é por meio deles que serão asseguradas as múltiplas dimensões da vida humana e garantida a realização integral da pessoa.



A marca característica da universalidade dos direitos humanos residirá no seu conteúdo, isto é, normas gerais que se destinam a todas as pessoas como seres humanos quer sejam nacionais ou estrangeiros.

Os Direitos Humanos vêm sendo construídos ao longo de séculos e seus princípios surgem em circunstâncias específicas e rodeadas de lutas em defesa da opressão e da liberdade. A Carta Magna editada em 1215, na Inglaterra foi um dos grandes marcos dos Direitos Humanos. Esse acontecimento inaugura uma era em que se criou o preceito de poderes do soberano e do Estado e que deviam ser limitados por uma lei escrita. Assim, a Carta Magna garantia os direitos da nobreza e dos senhores feudais.

Os Direitos humanos fundamentais representam as mínimas condições para que a pessoa possa viver a vida com dignidade. Direitos fundamentais: “vida, liberdade, alimentação, saúde, afeto, expressão sexual e lazer.” Direitos universais porque são para todas as pessoas; desprovidos destes direitos nenhum indivíduo terá capacidade de desenvolver-se e de participar plenamente da vida em sociedade. A Declaração dos Direitos humanos é posterior à segunda guerra mundial.

A primeira declaração moderna sobre o que seriam os Direitos humanos foi durante a Revolução Francesa, um documento muito importante para o fortalecimento da liberdade dos indivíduos. Vindo posteriormente a impulso ao constitucionalismo a implantação dos princípios liberal-democráticos na estruturação jurídica-política dos Estados e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão serviram de fonte inspiradora para outras posteriores, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela ONU(Organização das Nações Unidas), em 1948.

### 2.3 DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A construção dos Direitos Humanos reside basicamente em conquistas populares. Estabelecidos em regra como mecanismos de conquista da felicidade dos seres humanos, a busca desta felicidade estaria ligada com o fundamento da dignidade humana: saúde, lazer, educação etc. A dignidade da pessoa humana está ligada a um valor construído pelo homem à luz das tragédias humanas; os documentos principais em relação aos direitos humanos nascem das barbáries, de momentos cruéis pelos quais passaram a humanidade.

O conjunto dos Direitos Humanos é classificado em três gerações, são gerações, pois não são superados com a chegada de uma nova geração, mas se superam dialeticamente, os novos direitos continuam incorporados na nova geração. A importância da análise das gerações ou dimensões dos direitos fundamentais, não reflete apenas nos aspectos políticos, teóricos, filosóficos, mas também no aspecto didático, então, esses direitos recebem uma divisão em gerações, no sentido de apontarem cronologicamente o reconhecimento, afirmação e proclamação das carências e necessidades humanas, marcadas e originadas das mudanças sociais. Estudo feito em cada momento social, histórico para a compreensão da positivação de cada direito. Buscou entender a evolução histórica e da expressão de cada geração gradativa de cada direito, pois, o aparecimento de novos direitos não exclui os já adquiridos.

Portanto, acontece um acréscimo aos direitos fundamentais do homem a cada geração que surge, havendo uma somatória.

A despeito da discussão da nomenclatura dos direitos humanos, Bobbio foi consagrado pela expressão gerações/dimensões clássicas dos direitos humanos. Os direitos humanos passaram por três primeiras gerações:

Os direitos humanos de primeira geração são os relacionados com os direitos civis; a limitação do próprio poder do Estado (arbitrário) que reprime sem justificativa precisa ser regrado, o uso da força tem que ser equilibrado em seu arbítrio. O Estado precisa ser contido. Para isso cria-se o dispositivo do Direito Civil. O Estado detinha o monopólio da violência, ou seja, usava de forma organizada a crueldade. Deveria ser contido, portanto, e limitado no seu poder de punição.

Os direitos sociais, econômicos e culturais são direitos humanos de segunda geração. Eles correspondem a uma contra prestação, ou seja, onde há direito à educação deve haver, em contrapartida, uma escola. Dessa forma, é necessário orçamento para isso. Existe um padrão cultural desses direitos; nem todos ainda, por sua ideologia, estão sendo exercidos em sua plenitude. Obstáculos culturais ocorrem, como no caso dos direitos das crianças (direito humano especial) que ainda não são totalmente respeitados. A criança é ser humano frágil, tutelada pelo direito humano especial normatizado e possui proteção prevista legalmente. Então é, dever da família, da sociedade e do Estado protegê-la. Em alguns casos a criança colocada em estado de agressão não reage e, devido à sua condição física, psíquica e de pouco desenvolvimento, sofre restrições aos seus direitos. Criança, na prática, é um sujeito suscetível

de direitos, assim como os adultos, mas, devido à sua condição hipossuficiente, tem alguns de seus direitos cerceados (por não poder e saber exercê-los).

Os Direitos Humanos de terceira geração apelam pelo trabalho e solidariedade para as diversidades, injustiças e negativas à vida das pessoas. Abreviar a vida é algo inadmissível, é o pior atentado aos direitos humanos e com todos os seres humanos, porque têm o direito mínimo de existir.

Encontram-se em processo de formação uma quarta e outras gerações, ou seja, conforme as necessidades sociais e históricas vão surgindo, irão surgir outras e mais gerações.

Os enunciados acima expostos fazem parte do que Foucault (2000) chama de arquivo, que por sua vez é revelado pelos discursos. Para proceder à análise desses enunciados a respeito dos direitos humanos, foco de atenção nesta pesquisa, é necessário que se compreenda com base em Foucault (2000), o que se entende por enunciado, arquivo e discurso.

A análise de um discurso deve, portanto, compreender os efeitos de sentidos que ele produz, indagando sobre suas condições de produção, uma vez que ele é determinado histórica e socialmente.

Após períodos de fortes batalhas, lutas para conquista de ideais e direitos, faz-se presente na memória discursiva registros de tratamentos desumanos, situações vexatórias, discriminações em várias esferas, tanto moral, como patrimonial, social, econômica e outras. Esta historicidade vivenciada pela humanidade ecoa em um discurso repetível.

As formações discursivas apontam para a constituição de um domínio de saber como funciona o princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (o que pode e deve ser dito). A língua precisa desse já dito, memória e esquecimento são misturados.

Como visto acima, as leis e sua historicidade constroem o que pode ou não ser dito sobre os direitos humanos, portanto, é esse conjunto de leis que formam o arquivo do discurso legal. No entanto, na análise dos enunciados e textos sobre uma proposta de intervenção respeitando os direitos humanos na redação do Redação do Enem 2012, parece não se pautar só no arquivo do discurso legal, mas, sim, ampara-se, na maioria das vezes, nos arquivos midiáticos e/ou de orientação pedagógica que comentam as leis e o arquivo jurídico.

## 2.4 INTER-RELAÇÕES ENTRE DIREITOS HUMANOS E A TEMÁTICA DA REDAÇÃO DO ENEM 2012

A Constituição Federal Brasileira completou no ano de 2013, vinte e cinco anos e com isso comemora-se o final de um período de ditadura, de um discurso autoritário e instaura-se um novo período, o da *Democracia*. A Carta Magna entra em vigor no ano de 1988, e traz em seu bojo diversos direitos, e elenca em seu artigo quinto os Direitos Humanos. Este artigo faz o rol dos direitos e garantias fundamentais inerentes à vida humana, materializando as garantias legais.

Com aporte legal da Constituição de 1988, analisa-se como esta se relaciona com os aparatos internacionais de proteção aos direitos humanos e a forma pela qual os tratados internacionais e os *status* jurídicos são incorporados nessa atribuição.

Ao falar de ordem do discurso, Foucault (2006) se refere às normas que selecionam, organizam, regulam e redistribuem os discursos. Incluem formações discursivas atuantes entre si que determinam o que pode e o que deve ser dito (FOUCAULT, 2006).

Adota assim, uma concepção contemporânea de direitos humanos, sendo uma concepção de unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os discursos da igualdade e liberdade se conjugam e se completam.

Desde o preâmbulo, assegura Piovesan (2007), a Carta de 1988 projeta a construção de um Estado Democrático de Direito, “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)”.

Portanto, o Brasil ao estabelecer regras nas quais prevaleçam os direitos humanos e as relações internacionais de saber e poder, vinculadas as regras, a ordem jurídica interna, implica em compromissar-se com os Estados Estrangeiros e adotar conduta contrária aos Estados que desrespeitem gravemente estes direitos. As relações de saber e poder para Foucault o poder deve ser analisado como algo que circula, que funciona em rede. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, não é uma propriedade, riqueza ou bem.

Os indivíduos, em suas malhas, exercem a relação de saber e poder. Cada um de nós somos titulares de um certo poder e, por isso, estamos inseridos nestas relações de saber e poder.

A ordem discursiva se estabelece no momento em que o Brasil se propõe a fundamentar suas relações com base na prevalência dos direitos humanos, estando ao mesmo tempo reconhecendo a existência de limites e condicionamentos à noção de soberania estatal. Ou seja, a soberania do Estado brasileiro fica submersa as regras jurídicas, tendo como parâmetro obrigatório os direitos humanos. Diante do cenário internacional, os direitos humanos, à luz de princípios inovadores de ordem constitucional, constituem tema de legítima preocupação e interesse de comunidade internacional. Os temas ora abordados, são condutas diferentes e com consequências diversas. Como marco fundamental do processo de institucionalização dos direitos humanos no Brasil, a Carta de 1988, logo em seu primeiro artigo, erigiu a dignidade da pessoa humana a princípio fundamental (art. 1.º, III), instituindo, com este princípio, um novo valor que confere suporte axiológico a todo o sistema jurídico e que deve ser sempre levado em conta quando se trata de interpretar qualquer das normas constantes do ordenamento nacional.

A dignidade da pessoa humana tem seu sentido deslocado, quando se refere a normas infraconstitucionais; sua interpretação e produção de sentidos difere do texto constitucional, pois o acontecimento é outro, possuindo outra estrutura também.

A Constituição, além disso, seguindo a tendência do constitucionalismo contemporâneo, deu um grande passo rumo à abertura do sistema jurídico brasileiro ao sistema internacional de proteção de direitos, quando, no parágrafo 2.º do seu art. 5.º, deixou estatuído que: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

A Carta de 1988 estabelece que os direitos e garantias nela elencados "não excluem" outros provenientes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil esteja como parte, porque ela autorizara que tais direitos e garantias constantes nesses tratados "incluem" no ordenamento jurídico brasileiro, como escritos no rol de direitos constitucionais assim estivessem. Os direitos e garantias expressos no texto constitucional "não excluem" outros provenientes de tratados internacionais, porque, pela lógica, na medida em que tais instrumentos jurídicos passam a assegurar também direitos e garantias

fundamentais, a Constituição "os inclui" no seu catálogo dos direitos protegidos pelo artigo quinto que trata de uma *clausula pétrea* (imutável) desta forma, os direitos uma vez conquistados e inseridos neste rol, não poderão e não serão retirados do rol dos direitos humanos.

Assim, ao incorporar em seu texto esses direitos internacionais, está a Constituição brasileira, atribui uma natureza especial e diferenciada, a natureza de "norma constitucional", as quais passam a integrar, portanto, o elenco dos direitos humanos constitucionalmente protegidos.

Existe no sistema brasileiro o positivismo jurídico, sistema que reduz toda a ordem jurídica ao ordenamento legal. "Pretende-se dar ao Direito a mesma certeza das Ciências Exatas, extirpando e purificando-o de todos os elementos metafísicos, religiosos, morais, denominados metajurídicos, como a noção do justo, do certo, do errado e de qualquer outro conteúdo ético, o que significa não se ter que perguntar ou perquirir sobre a justiça da norma, mas se ela é válida, se foi editada por quem tem poder para promulgá-la. Estruturaram todo o ordenamento jurídico de maneira piramidal, ou seja, a Carta Magna ou Constituição Federal no ápice, vindo logo após e de forma inferior (abaixo) as leis, os decretos e as portarias, sucessivamente.

Portanto, qualquer lei infraconstitucional deve respeitar os discursos constitucionais a respeito dos direitos humanos, mas essas definições e direitos têm seus sentidos deslocados nas demais normas infraconstitucionais e produzem efeitos diferentes dos da Constituição Federal Brasileira.

A inovação, no § 2.º ao art. 5.º da Constituição de 1988, referente aos tratados internacionais de que o Brasil seja parte, assim, além de ampliar os mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana, vem também reforçar e engrandecer o princípio da prevalência dos direitos humanos, consagrado pela Carta como um dos princípios pelo qual a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais com previsão legal no artigo 4.º, II da Constituição Federal.

A Carta de 1988 passou a reconhecer explicitamente, portanto, no que tange ao seu sistema de direitos e garantias, uma dupla fonte normativa: aquela advinda do direito interno (direitos expressos e implícitos na Constituição), e aquela outra advinda do direito

internacional (decorrente dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte).

Não bastasse esse extraordinário avanço, um outro ainda se apresenta. Os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro, passam a incorporar-se automaticamente ao nosso ordenamento jurídico.

A constituição, o cidadão e a cidadania:

Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação (HERBERT DE SOUZA, 1994, P. 57).

Em face do processo de internacionalização dos direitos humanos, iniciado com a Declaração Universal de 1948, e reiterado na segunda Conferência de Viena, em 1993, cidadãos, hoje, são todos aqueles que habitam o âmbito da soberania de um Estado e deste Estado têm assegurados, constitucionalmente, direitos fundamentais mínimos.

O cidadão, segundo Foucault está em formação e se constituindo, como uma obra de arte e para a lei, é aquele sujeito a quem a Constituição confere direitos e garantias – individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais e, lhe dá o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais eficientes contra a violação de seu gozo ou fruição por parte do Poder Público.

A Constituição brasileira de 1988, com a transição para o regime democrático e conseqüente abertura à normatividade internacional, consagrou, expressamente, esta nova concepção de cidadania, como se depreende da leitura de vários dos seus dispositivos, estando hoje superada a antiga doutrina, do tempo do constitucionalismo do império, da cidadania ativa e passiva que significava a prerrogativa de quem podia participar da vida política do país, ou seja, de quem detinha os direitos políticos, e daqueles a quem faltava este atributo.

Observe-se que a Carta Magna, ao tratar, no seu art. 14, dos direitos políticos, não se refere, sequer em um momento, à expressão cidadania, dizendo apenas que a "soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos [...]". Pelo contrário: a Constituição faz uma separação entre cidadania e direitos

políticos quando, no seu art. 68, § 1.º, II, ao tratar das leis delegadas, exclui do âmbito da delegação legislativa a "nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais".

Em alguns outros dispositivos da Constituição, a palavra cidadania (ou cidadão) poderia ainda ter o significado de direitos políticos, mas mesmo assim de forma implícita, a exemplo dos arts. 22, XIII, e 5.º, LXXIII. No primeiro se lê que compete à União legislar sobre "nacionalidade, cidadania e naturalização", e no segundo que "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência". Nestas definições legais encontra-se deslizamento das produções de sentidos, visto que, cada acontecimento produz um efeito de sentido.

Ao analisar os direitos humanos e seus deslizamentos, pôde-se analisar a temática da prova de Redação do Enem de 2012 sob a temática "O movimento migratório para o Brasil no século XXI".

Mas o importante é que a Constituição de 1988 abandona, sem embargo disso, o velho conceito de cidadania ativa e passiva, incorporando em seu texto a concepção contemporânea de cidadania introduzida pela Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Conferência de Viena de 1993.

Foi nesse sentido que, pioneiramente, estatuiu a Carta de 1988, em seu art. 1.º, que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania. Na mesma esteira, o disposto no art. 5.º, incisos LXXI ("conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania") e LXXVII ("são gratuitas as ações de habeas-corpus e habeas-data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania"). No seu Título VIII, Capítulo II, Seção I, a Carta Magna de 1988 dispõe, ainda, que a "educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205).



Outro dispositivo em que fica bastante marcada esta nova concepção de cidadania é o art. 64 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe: "A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil". A língua é viva, o sentido de uma palavra agora poder ser diferente daqui a pouco, ocorre neste momento um deslizamento de sentidos. A partir das condições de produção, de onde se fala, rompe-se a certeza de achar que há controle do sentido.

Em 2012 a temática do Enem era relacionada à imigração que aponta para o discurso do direito à liberdade. Na Constituição Federal não há o estabelecimento expresso sobre o movimento migratório, no entanto, em seu artigo 5º, em que são arrolados os Direitos Humanos, aponta-se para este discurso do direito à liberdade quando se estabelece que migrar faz parte do direito de ir e vir. Essa é, porém, uma questão que envolve muita polêmica, pois gira em torno das condições em que ocorrem esses processos migratórios: se de um modo livre, em que assim está se exercendo este direito ou se de modo obrigatório, que tende a realizar interesses políticos e econômicos desumanos, visando sempre o capital, nacional ou estrangeiro, marcando a bilateralidade que existe entre o mundo da riqueza e o mundo da pobreza.

Os fenômenos migratórios têm fundamento jurídico. Por exemplo, a emigração é consagrada na lei fundamental, do princípio nº 2 do artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: "Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país." Emigração significa deixar o local de origem (a pátria) com intenção de se estabelecer em um país estrangeiro. Um indivíduo que se encontra nesta situação é denominado na sua pátria por emigrante. Imigração é o fenômeno protagonizado pelo mesmo indivíduo, mas visto pela perspectiva do país que o acolhe. Ou seja, é a entrada de quem vem do exterior para fins de trabalho e/ou residência, passando a ser denominado de imigrante. Um brasileiro que se ausente do Brasil por um longo período para trabalhar nos Estados Unidos, por exemplo, no Brasil é denominado de *emigrante* e nos

Estados Unidos ele é considerado um *imigrante*. O fenômeno migratório esteve sempre presente na vida humana, marcando períodos importantes na história de muitas nações. O século XIX e o início do século XX foram particularmente importantes na caracterização do Brasil como país de acolhimento com a chegada de imigrantes europeus (portugueses, italianos, espanhóis, alemães) e de imigrantes japoneses para trabalharem na agricultura. Em finais do século XX, houve uma inversão dos fluxos de migração, predominando a emigração de brasileiros com destino aos Estados Unidos, Japão e Europa. Tratando-se de coisas distintas, na atualidade, em função da globalização e a diminuição das distâncias, o conceito de *migrar* sofre um deslizamento, ou seja, o fato de um europeu, em virtude do mercado comum europeu, sair da Alemanha para a França, trata-se de migrar e não mais imigrar ou emigrar.

O discurso dos Direitos Humanos está materializado na Constituição Federal, em seu art. 5º, que diz “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). O artigo primeiro da Declaração dos Direitos Humanos define: “Direitos humanos são direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos; seu conceito está ligado com a idéia de liberdade de pensamento, de expressão, e igualdade perante a lei”. Segundo Bobbio (1997, p.20): “A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas, afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Direitos relacionados com a natureza do Homem.”

### **3 ENEM : filtros discursivos de informação, argumentação para a proposta de intervenção respeitando os direitos humanos**

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apresenta-se como sistema de avaliação implementado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Ao mesmo tempo, descreve o material didático *A Redação no Enem 2013: guia do participante*, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como manual de orientações ao estudante que se submeteria ao referido exame em 2013. A escolha do guia de 2013 deve-se ao fato de que, neste manual, há apreciações sobre algumas redações *nota 1000* sobre a temática de 2012, objeto de análise desta dissertação. O item descreve também trechos de livros didáticos e de Cadernos pedagógicos endereçados aos alunos da Rede Pública de Ensino Médio que subsidiam o cumprimento dos conteúdos curriculares no que se refere à temática dos direitos humanos. O item aborda ainda, o assunto em uma entrevista *online* sobre a proposta de redação do Enem 2012, divulgada na mídia pelo G1 da emissora de televisão Globo.tv.

#### **3.1 DISCURSOS DE ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA: UM FILTRO DE CONHECIMENTO INSTITUCIONAL, ACADÊMICO E CIENTÍFICO**

Os discursos de orientação, informação e mediação de conhecimento realizado na escola pública de Ensino Médio pelos professores para preparar os candidatos para o Enem pautam-se em manuais, livros, cadernos pedagógicos produzidos pelos órgãos governamentais federais e estaduais. Esse material assenta-se, primeiramente, na LDB (nº 9.394/96), depois nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Currículo do Ensino Médio, na Fundamentação Teórico-Metodológica (FTM) do Enem e, principalmente, na publicação produzida pelo Instituto nacional de estudos e Pesquisas (INEP) e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) denominada *A REDAÇÃO NO ENEM 2013: guia do participante*.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um sistema de avaliação concebido pelo MEC, no Brasil, em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos

estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio e, na sua concepção, contribui para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, passou a ser utilizado, também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.

De acordo com o art. 35 da LDB (nº 9.394/96), as finalidades do Ensino Médio são a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Conforme os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM, 2000, p.13), propostos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), há a “perspectiva de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam”.

Segundo a Fundamentação Teórico-metodológica do Enem (FTM, 2005, p.8), o objetivo do Enem é “medir e qualificar as estruturas responsáveis por essas interações”, e acrescenta:

Tais estruturas se desenvolvem e são fortalecidas em todas as dimensões de nossa vida, pela quantidade e qualidade das relações que estabelecemos com o mundo físico e social desde o nascimento. O Enem focaliza, especificamente, as competências e habilidades básicas desenvolvidas, transformadas e fortalecidas com a mediação da escola.

O manual intitulado *A Redação no Enem 2013: guia do participante*, reformulado e publicado pelo MEC\ INEP em julho de 2013, além de colocar como objetivo “tornar o mais transparente possível a metodologia de correção da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas”, expresso no primeiro manual idealizado e publicado por essas instituições em 2012, acrescenta que o guia “busca esclarecer os critérios adotados no processo de avaliação das redações do Enem, responder às principais dúvidas dos participantes e mostrar exemplos de redações que obtiveram nota máxima no Enem 2012” (BRASIL, 2013, p. 03).

A perspectiva de avaliação das provas do Enem pauta-se em competências e habilidades. De acordo com a Fundamentação Teórico-Metodológica (FTM) do ENEM, o conceito de competência se configura como “ações e operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja

conhecer”; já as habilidades instrumentais “referem-se, especificamente, ao plano do ‘saber fazer’” (Matrizes Curriculares de Referências do Saeb, 1998, *apud* BRASIL, 2005, p.8).

As concepções de competências e habilidades, segundo a FTM do Enem, são complementares, podendo estar imbricadas nas situações-problemas propostas por esse exame:

Resolver problemas é uma competência que supõe o domínio de várias habilidades. Calcular, ler, interpretar, tomar decisões, responder por escrito, etc., são exemplos de habilidades requeridas para a solução de problemas de aritmética. Mas, se saímos do contexto de problema e se consideramos a complexidade envolvida no desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, podemos valorizá-las como competências que, por sua vez, requerem outras tantas habilidades (BRASIL, 2005, p. 17).

A diferença entre competência e habilidade, em uma primeira aproximação, depende do recorte. Resolver problemas, por exemplo, é uma competência que supõe o domínio de várias habilidades. Calcular, ler, interpretar, tomar decisões, responder por escrito, etc., são exemplos de habilidades requeridas para a solução de problemas de aritmética. Mas, se saímos do contexto de problema e se consideramos a complexidade envolvida no desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, podemos valorizá-las como competências que, por sua vez, requerem outras tantas habilidades.

Qual a diferença entre competência e habilidade de ler? Saber ler, como habilidade, não é o mesmo que saber ler como competência relacional. Em muitas situações (quando temos de ler em público, por exemplo), ou não sabemos ler, ou temos dificuldades para isso. Como coordenar as perspectivas do texto, dos ouvintes e do leitor? Todos conhecemos escritores brilhantes, mas que não são bons conferencistas. Na escola ocorre algo semelhante quando se trata de ler poesias ou contar histórias: nem todos os professores sabem como fazê-lo (BRASIL, 2005, p.19)

Esses enunciados, vindos de uma formação discursiva de cunho institucional, governamental, apontam para a escola como um lugar de formação de um cidadão crítico, criativo e participativo.

É interessante ressaltar que o guia *A Redação no Enem 2013: guia do participante 2013* tem como equipe técnica a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, com Revisão Externa da Universidade de Brasília e como Equipe de Editoração a Diretoria de Estudos Educacionais. Isto posto, pode-se perceber que o preparo deste material é realizado por profissionais competentes, em sua maioria pesquisadores e técnicos assessorados por pesquisas e estudos de acompanhamento tanto pedagógico quanto científico. Dessa forma, o discurso presente neste guia, além de oficial, é científico, pedagógico e instrucional, em que o

maior objetivo é a educação formal do jovem brasileiro. Já nas produções midiáticas, o discurso de orientação, instrução e informação sobre o ENEM parece se pautar na lógica econômica, de audiência, em que nem sempre o que se destaca é o conteúdo formal e educativo, mas sim, o conteúdo sensacionalista que visa a visibilidade social que pode proporcionar a venda e o lucro.

As práticas discursivas sobre o Enem, do ponto de vista governamental, apontam para a concepção do Enem como um exame que procura verificar como o conhecimento construído pelo estudante pode ser demonstrado por meio de sua autonomia de julgamento e de ação, de atitudes, valores e procedimentos diante de situações problema que se aproximem, o máximo possível, das condições reais de convívio social.

Em consonância com esse propósito, o Enem estabelece cinco competências específicas de escrita que o candidato deveria apresentar na Prova de Redação para revelar-se como esse estudante autônomo, que apresente atitudes e valores no convívio social e apto a continuar seus estudos acadêmicos:

**Competência 1:** Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.

**Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

**Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

**Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

**Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (BRASIL, 2013, p.8).

O material *A Redação no Enem 2012: guia do participante* faz um detalhamento das cinco competências a serem avaliadas – cada uma envolvendo um aspecto específico na construção do texto. Ao mesmo tempo, faz recomendações para uma boa redação em cada aspecto e explicita os critérios de correção por meio de cinco níveis de desempenho em cada competência.

Nessa redação, você deverá defender uma **tese**, uma opinião a respeito do **tema** proposto, apoiada em **argumentos** consistentes estruturados de forma coerente e coesa, de modo a formar uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa e, finalmente, apresentar uma **proposta de intervenção social** que respeite os direitos humanos (BRASIL, 2012, p.7).

Vale salientar em cada competência, trechos de recomendações do mesmo *Guia do participante*:

### **Competência 1 – Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita**

A primeira competência a ser avaliada no seu texto é o domínio do padrão escrito formal da língua.[...] Por isso, para atender a essa exigência, você precisa ter consciência da distinção entre modalidade escrita e oral, bem como entre registro formal e informal [...]. Na redação do seu texto, você deve procurar ser claro, objetivo, direto; empregar um vocabulário mais variado e preciso do que o que utiliza quando fala e seguir as regras prescritas pela norma padrão da Língua Portuguesa [...] (BRASIL, 2012, p11).

#### **Desvios graves:**

falta de concordância do verbo com o sujeito (com sujeito depois do verbo ou muito distante dele); falta de concordância do adjetivo com o substantivo; regência nominal e verbal inadequada (ausência ou emprego indevido de preposição); ausência do acento indicativo da crase ou seu uso inadequado; problemas na estrutura sintática (frases justapostas sem conectivos ou orações subordinadas sem oração principal); desvios em palavras de grafia complexa; separação de sujeito, verbo, objeto direto e indireto por vírgula; e marcas da oralidade (BRASIL, 2012, p12).

### **Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo**

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação e a utilização de seus conhecimentos de mundo para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. Ou seja, é preciso que você elabore um texto que apresente, claramente, uma tese a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática levantada pela proposta de redação, mantendo-se nos limites do tema. Nesse aspecto, um tema constitui a essência das ideias sobre as quais a tese se organiza. Em âmbito mais abrangente, o assunto recebe uma delimitação através do tema. Ou seja, um assunto pode ser abordado por diferentes temas (BRASIL, 2012, p14).

Seguem algumas recomendações para essa elaboração:

[...] Para desenvolver o tema proposto, o participante deveria abordar o uso das redes sociais, tais como *MSN, Orkut, Twitter e Facebook*, discutindo a questão da privacidade – quais os pontos positivos e negativos da exposição da vida pessoal que hoje ocorrem devido aos avanços tecnológicos [...]. Ao final da redação, o participante deveria propor uma solução para a discussão apresentada, tendo em vista o respeito aos direitos humanos. Qualquer que fosse a opinião sobre as redes sociais e os argumentos utilizados, o

participante precisaria, para atender plenamente ao tema proposto, focalizar o limite entre o público e o privado (BRASIL, 2012, p15).

### **O que é um texto dissertativo-argumentativo?**

O texto dissertativo-argumentativo é um texto opinativo que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. Nele, a opinião é fundamentada com explicações e argumentos, para formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la. Seu objetivo é, em última análise, convencer ou tentar convencer o leitor mediante a apresentação de razões, em face da evidência de provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente. A sua redação atenderá às exigências de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo se combinar dois princípios de estruturação.

### **ATENÇÃO!**

Um texto dissertativo difere de um texto dissertativo-argumentativo por não haver a necessidade de demonstrar a verdade de uma ideia, ou tese, mas apenas de expô-la. Você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas dissertativo, ou seja, expor um aspecto relacionado ao tema sem defender uma posição, sem defender uma tese. Isso não atenderá às exigências para avaliação dessa competência (BRASIL, 2012, p. 17).

## **Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista**

O terceiro aspecto a ser avaliado no seu texto é a forma como você selecionou, relacionou, organizou e interpretou informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista defendido como tese. Ou seja, é preciso que você elabore um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática levantada pela proposta de redação. Além disso, é necessário que as ideias desenvolvidas no texto correspondam aos conhecimentos de mundo relacionados ao tema.

Essa Competência trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência, da possibilidade de ele ser entendido pelo leitor, correspondendo ao seu conhecimento do mundo. Está, pois, ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação. O leitor “processa” esse texto, e é levado a refletir a respeito das ideias nele apresentadas. A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores: relação lógica entre as partes do texto, criando unidade de sentido; precisão vocabular; progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica; e adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real ((BRASIL, 2012, p. 20).



#### **Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação**

Os aspectos a serem avaliados nesta Competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes do texto. Como todo texto é o resultado de um encadeamento de ideias, na hora de elaborar a sua redação é necessário que você tenha sempre presente que seu texto será o resultado da combinação de um conjunto de ideias associadas em torno de uma ideia a ser defendida: a tese. Cada parágrafo será composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores. Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar inúmeros recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação dessa competência, será considerado o seguinte aspecto:

Encadeamento textual: [...] Estruturação dos parágrafos [...] Estruturação dos períodos [...] Referenciação [...] (BRASIL, 2012, p. 22).

Recomendações:

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram anteriormente no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
- b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, expressões resumitivas ou expressões metafóricas;
- c) substituição de substantivos, verbos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que resumam e retomem o que já foi dito; e
- d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados anteriormente ou sejam facilmente identificáveis.

Resumindo: na elaboração da redação, você deve, pois, evitar: frases fragmentadas que comprometam a estrutura lógico-gramatical; sequência justaposta de ideias sem encaixamentos sintáticos, reproduzindo hábitos da oralidade; frase com apenas oração subordinada, sem oração principal; emprego equivocado do conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem; emprego do pronome relativo sem a preposição, quando obrigatória; e repetição ou substituição inadequada de palavras sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo) (BRASIL, 2012, p. 23).

#### **Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos**

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Assim, a sua redação, além de apresentar sua tese sobre o tema, apoiado em argumentos consistentes,

precisará oferecer uma proposta de intervenção na vida social. Essa proposta, ou seja, a solução para o problema, deve contemplar cada ponto abordado na argumentação. Assim, a proposta deve manter um vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e manter coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida.

A proposta de intervenção precisa ser detalhada de modo a permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade; deve conter, portanto, a exposição da proposta e o detalhamento dos meios para realizá-la. A sua proposta deve refletir seus conhecimentos de mundo, e sua coerência será um dos aspectos decisivos no processo de avaliação. Além disso, é necessário que ela respeite os direitos humanos, ou seja, não rompa com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. Procure evitar propostas vagas, gerais; busque propostas mais concretas, específicas, consistentes com o desenvolvimento de suas ideias. Antes de elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas:

O que é possível fazer? A proposta que pretendo fazer é viável?

O seu texto será avaliado, portanto, com base na combinação dos seguintes critérios:

- a) presença de proposta x ausência de proposta;
- b) proposta explícita x proposta implícita; e
- c) proposta com detalhamento dos meios para sua realização x proposta sem o detalhamento dos meios para sua realização (BRASIL, 2012, p. 26).

O Enem dedica a Competência 5 para avaliar a *proposta de intervenção para o problema abordado* pelo participante, foco de maior interesse nesta pesquisa, que deverá estar em consonância com as conquistas advindas da luta pelos *direitos humanos* nos mais variados âmbitos: jurídico, político, econômico e social.

Dessa maneira, a solução proposta pelo estudante precisa ter relação com os argumentos escolhidos por ele de forma que se evitem conclusões prontas, fórmulas treinadas em cursinhos preparatórios, por exemplo. A autoria, nesse caso, é um valor a ser preservado. A esse respeito, Rodrigues et al (2007, p. 198) comentam:

A forma por meio da qual o texto “aponta para o seu autor” está estreitamente relacionada com as maneiras pelas quais esse autor, adequando-se às normas da comunidade onde o seu discurso irá circular, deixa-se perceber em seu próprio dizer.

O estudante, ao escrever o texto dissertativo-argumentativo, pode lançar mão de uma gama de estratégias que a língua oferece. Geralmente, um aspecto em que falta domínio por parte desse produtor do texto, é a falta de consciência de *quem* vai ler seu texto. Sendo

dialógica essa relação, a antecipação de características de seu *interlocutor* poderia colaborar para sua argumentação. Entretanto, devido às *condições de produção* do exame, o Enem, o participante pode deixar de interagir com um interlocutor para interagir com um *interlocutor-avaliador*.

Ao elaborar uma proposta de solução para o problema instalado, no texto, esta deve condizer com os Direitos Humanos. Entretanto, pode-se questionar até que ponto o espaço para autoria é dedicado ao participante. Será que não haveria uma imposição ideológica? Haveria liberdade para que o sujeito discursivo esteja realmente lá, na materialidade do seu texto? Presume-se que não haja liberdade total para ele se exprimir.

Segundo Gregolin (2003, p.48) “analisar a autoria na relação que o texto estabelece com o sujeito que o produziu significa conceber o sujeito da escrita como uma construção do próprio discurso”. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2000, p. 21-22):

A análise da dimensão dialógica da linguagem permite o reconhecimento de pontos de vista diferentes sobre um mesmo objeto de estudo e a formação de um ponto de vista próprio. A opção do aluno por um ponto de vista coerente, em situação determinada, faz parte de uma reflexão consciente e assumida, mesmo que provisória. A importância de liberar a expressão da opinião do aluno, mesmo que não seja a nossa, permite que crie um sentido para a comunicação do seu pensamento. Deixar falar/escrever de todas as formas, tendo como meta a organização dos textos.

Essa publicação orienta o participante sobre o seu desempenho na redação, esperado pela equipe de avaliação, nos seguintes aspectos: a estruturação do texto, o atendimento à temática, às competências, à expressão em norma padrão da língua e à proposta de intervenção social *respeitando os direitos humanos*.

Após esta descrição de alguns enunciados sobre as competências e as recomendações do manual *A Redação no Enem 2012: guia do participante*, observam-se alguns enunciados que indicam as perspectivas institucionais/governamentais a respeito do Ensino Médio e do Enem.

#### **4. REDAÇÕES DO ENEM: revelações sobre discursos dos direitos humanos nas propostas de intervenções sociais**

Analisam-se, neste capítulo, os discursos acadêmicos e midiáticos sobre o tema do Enem 2012 que se encontram presentes nos materiais: *A Redação no Enem: guia do participante 2013*, publicado pelo Inep/MEC, o Manual do Avaliador do Enem 2013, publicado pelo Inep/MEC, *o Guia do Estudante: Redação Vestibular + Enem 2014*, publicado pela Editora Abril e um *videocast* publicado no G1, da emissora de televisão Globo. TV, intitulado *Professores comentam a prova de redação do ENEM 2012*, disponível no endereço eletrônico indicado nas e-referências deste trabalho.

O analista, quando se propõe a analisar um discurso, primeiramente, deve observar em que **condições de produção** se deram as práticas discursivas das quais emanam os possíveis sentidos que se estabeleceram entre interlocutores de uma dada sociedade. Para isso, ele se vale da memória discursiva institucional, ou seja, do arquivo e dos efeitos dessa memória, ou seja, o interdiscurso, procurando estabilizar ou deslocar sentidos.

Sabendo que o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva”, o analista vai escavar os enunciados que se apóiam na mesma formação discursiva e no entrelaçamento de outras vozes provenientes de outras formações discursivas que constituirão o sujeito desse discurso, em toda a sua heterogeneidade.

O arquivo, por sua vez, como um conjunto de regras que rege tanto aquilo que pode ser dito quanto tudo o que deve ser lembrado, conservado e reativado num dado período histórico e numa dada sociedade, será escavado. O analista levará em conta os diversos campos de relações em embate pois, sabe-se que em cada lugar, a posição que o sujeito ocupa é diferente, dependendo do jogo de poderes em questão, obedecendo à ordem do discurso (FOUCAULT, 2000).

O que se pretende fazer neste capítulo da pesquisa é analisar os enunciados de **quatro** redações do Enem 2012 publicadas em dois guias de orientações ao candidato, um de orientação institucional e outro de orientação midiática. Serão analisadas também as

falas de dois professores de redação em entrevista a uma emissora de Tv a respeito do tema e da proposta de redação.

#### 4.1 DISCURSOS ESCOLARES DE ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL: A Redação no Enem: guia do participante 2013 - Inep/MEC

No Enem de 2012, o tema da proposta de redação foi *O movimento imigratório para o Brasil no século XXI* ( anexo 1). De acordo com o Guia do participante *A redação no Enem 2013*, o enunciado, na íntegra, consiste em:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

A partir desse enunciado, o candidato ao Enem 2012 deveria apresentar uma proposta de intervenção para o problema abordado. Isso significa dizer que, além de apresentar sua tese sobre o tema e apoiá-la em bons argumentos, ele deveria oferecer uma *proposta de intervenção na vida social* - ou uma solução para o problema. Essa solução deve manter um vínculo com a tese desenvolvida no texto e manter coerência com os argumentos apresentados, expressando a visão do aluno como autor. Sem ser muito genérica, essa sugestão de intervenção deveria propor algo concreto e detalhar os meios para realizá-la. É fundamental que *respeitem os direitos humanos*. Isso significa que o candidato não poderia ir contra valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. A depender do nível de adequação do texto a essas regras, o avaliador atribuiria uma nota de 0 a 200 pontos.

Uma antologia composta de três textos foi apresentada como suporte à leitura sobre o tema. O texto 1 é um trecho adaptado, publicado no site do Museu da Imigração:

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a

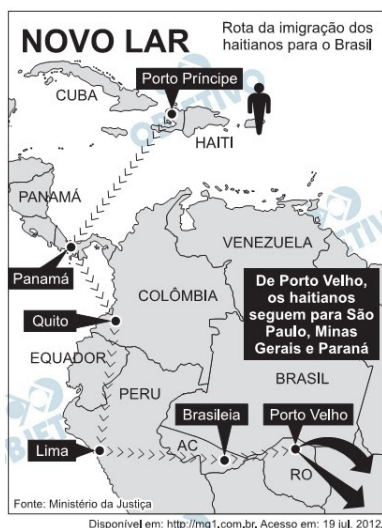
cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado) (apud BRASIL, 2013).

O segundo texto consiste em uma notícia, publicada no site da Polícia Federal, também adaptada para o contexto da prova, sobre a chegada em massa de um grupo de imigrantes haitianos ao Brasil no início do ano de 2011. O texto é acompanhado da imagem de um mapa do fluxo migratório dos haitianos:

#### Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez – afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado). (apud BRASIL, 2013)

Segue um terceiro texto denominado “Trilha da costura”, escrito por Rafael De La Torre Oliveira, especialista em saúde coletiva pelo instituto de Saúde do Estado de São Paulo, publicado pelo Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que encerra a antologia:

#### Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso. OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado) (BRASIL,2013).

Abaixo, apresentam-se duas redações corrigidas e comentadas, constantes do manual “A redação no Enem 2013: guia do participante”, trazendo comentários sobre as “redações nota 1000” que atenderam às competências esperadas sobre o tema “O movimento migratório para o Brasil no século XXI” (BRASIL, 2013, p. 36):

#### **Redação de DANILO MARINHO PEREIRA - Belém/PA**

##### ***Imigração no século XXI: sinônimo de desenvolvimento***

*Diferentemente do que ocorreu em séculos passados durante o processo de colonização, o Brasil, no século XXI, destaca-se no cenário mundial por atuar como área de atração populacional. Tal interesse pela residência no país é resultado de sucessivas conquistas, as quais foram benéficas para o reconhecimento da nação pelo mundo. Nesse cenário, as políticas relacionadas ao desenvolvimento expressivo devem ser prosseguidas, na tentativa de tornar a migração um fator positivo e proporcionar a diversidade. O movimento migratório para o Brasil apresenta como um dos fatores motivadores a maior estabilidade política alcançada. Diante de um cenário mundial de crises, conflitos e desequilíbrios, vários indivíduos de diversas partes do mundo buscam se instalar no país a fim de ter acesso a condições mais dignificáveis de vida. Um dos grandes responsáveis por esse cenário é o papel de liderança e representatividade que o Brasil assume em órgãos como o Mercosul, o FMI e a ONU. Outro fator relacionado à imigração para o país envolve aspectos sociais. A educação e a saúde são elementos fundamentais nesse processo. Por meio delas, os índices de pobreza e analfabetismo reduzem, e grande parte da população tem acesso à estabilidade financeira e qualidade de vida. A partir disso, o Brasil adquire estabilidade social e inverte o papel de fornecedor de profissionais qualificados, os quais procuravam os centros de poder como a Europa e os Estados Unidos. Diante do cenário benéfico e atrativo no qual o Brasil se encontra, é necessário que a continuidade e a qualidade das políticas que promovem a imigração positiva sejam prosseguidas. Isso pode ser feito por meio de investimentos em setores como a educação e a saúde, assim como a criação de órgãos que proporcionem o controle da entrada de migrantes e que deem assistência a esses. Feito isso, a diversidade populacional e o desenvolvimento serão promovidos (BRASIL, 2013, p. 37)*

Os comentários que seguem são dos corretores da redação, publicados, na sequência do texto, no manual *A Redação no Enem: guia do participante 2013*, publicado pelo Inep/MEC.

#### **Comentários**

O texto revela excelente **domínio da modalidade escrita formal e do tipo dissertativo-argumentativo** e não apresenta problemas linguísticos. A redação organiza-se em quatro parágrafos bem construídos. O texto desenvolve a tese de que o Brasil vive um excelente momento econômico, destacando-se no panorama mundial, e essa estabilidade econômica atrai imigrantes em busca de melhores condições de vida, o que pode representar diversidade populacional e desenvolvimento. Sua visão é positiva em relação à imigração. Na **introdução**, apresenta uma comparação entre os séculos passados e a atualidade, ressaltando que a imigração pode ser um fator positivo para o desenvolvimento. **Desenvolve** essa ideia esclarecendo que o cenário mundial de crises, conflitos e desequilíbrios favorece a imigração para o Brasil. Enfatiza o protagonismo do Brasil em órgãos internacionais: Mercosul, FMI e ONU. Amplia a reflexão ressaltando o papel da educação e da saúde e explica que o Brasil deixou de ser um fornecedor de profissionais para outros países.

Como **conclusão**, apresenta **proposta de intervenção que respeita os direitos humanos** e está coerente com o desenvolvimento das ideias: o governo deve continuar a desenvolver políticas que estimulem a imigração positiva, com investimentos na saúde e na educação e com a criação de órgãos de controle da imigração e de assistência aos imigrantes.

A redação apresenta encadeamento de ideias e demonstra que o participante soube **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de seu ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado. No texto, são utilizados diversos recursos coesivos, assegurando a articulação entre as ideias e, portanto, a textualidade: “Tal interesse”, “as quais”, “Nesse cenário”, “por esse cenário”, “Outro fator”, “Por meio delas”, “A partir disso”, “os quais”, “Isso”, “assim como”, “a esses”, “Feito isso”. Assim, **demonstra recursos linguísticos necessários à construção da argumentação** (BRASIL, 2013, p. 37)

O candidato que produziu esta redação apresentou, de acordo com os comentários do material “A Redação do ENEM: guia do participante 2013”, um bom resultado e, segundo as colocações, apresentou uma proposta de intervenção social coerente com o desenvolvimento das ideias e respeitou os direitos humanos. A redação, de acordo com esses comentários, aponta para a imigração como um fator positivo para o desenvolvimento do país.

As condições de produção de uma redação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), assim como nos vestibulares, são bem específicas. Nessa condição, o candidato está tenso, tem o compromisso de apresentar um desempenho satisfatório e, com certeza, não está interessado em propor uma solução que realmente possa resolver o



problema instalado pela questão polêmica da proposta temática. O que lhe interessa é agradar, convencer uma banca de examinadores. Os textos apresentados na coletânea, como subsídios para leitura, apontam para uma postura de acolhimento ao imigrante pelas instituições governamentais brasileiras. Essas condições de produção direcionam as práticas discursivas dos candidatos a uma vaga na universidade.

Nesse sentido, o sujeito discursivo nesta redação aciona a memória discursiva e os enunciados que produz reverberam os interdiscursos da família, quando afirma que “diferentemente do que ocorreu em séculos passados, o Brasil, no século XXI, destaca-se no cenário mundial por atuar como área de atração populacional” acionando os saberes dos seus antepassados. O discurso da escola transparece quando apresenta o movimento migratório como um dos “fatores motivadores” para uma “maior estabilidade política”. O eco da mídia aparece quando cita que por meio da saúde e da educação, os índices de pobreza e analfabetismo seriam reduzidos, sendo que “grande parte da população” teria acesso “à estabilidade financeira e qualidade de vida”. O discurso institucional vem à tona quando o candidato se refere ao “papel de liderança e representatividade” que o Brasil assume perante órgãos como o FMI, o Mercosul e a ONU, ao acolher imigrantes, ao contrário de outros países. Essa sugestão vem do segundo texto, adaptado, da coletânea, que afirma que “os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez – afirma Corinto”, publicado no site da Polícia federal.

O efeito de sentido é que o candidato se valeu de discursos provenientes de outras formações discursivas, em lugar de fazer uma proposta autônoma de solução para o problema. O sujeito de discurso repete o que as instituições querem ouvir, ou seja, ele obedece a uma ordem discursiva, diz o que pode e o que deve ser dito no contexto de produção em que se encontra, que é o de um candidato ao ingresso a uma instituição acadêmica, que tem lugar e voz próprios.

**Redação de ADRIEL REGO BARBOSA - Teresina/PI**

*O fluxo imigratório para o Brasil vem se acentuando desde a década de noventa, devido a melhorias nos campos sociais e econômicos, os quais eram os principais fatores de emigração, ou seja, de saída do país. Apesar de estimular o respeito à*

*diversidade cultural, além de outros benefícios, a imigração exige atenção, pois caso negligenciada, poderá ocasionar problemas sociais. A principal causa para tal movimento é o progresso econômico do Brasil, confirmado pela liderança do bloco financeiro sulamericano, o Mercosul . Além disso, como consequência do crescimento Econômico, as condições sociais melhoraram, como a expectativa de vida, as quais também são resultado das políticas assistenciais do governo, como o Bolsa-família. Com isso, grande parte da população que emigra, em busca de melhores condições de vida, permanece no país. Paralelamente, as dificuldades econômico-sociais de outros países, como o Haiti, abalado pelo terremoto ocorrido em 2010, estimulam a entrada de estrangeiros no Brasil..*

*Além disso, a globalização, fenômeno de interdependência entre as nações, facilita a imigração. Como nenhuma produz todos os bens e alimentos dos quais necessita, os fluxos comerciais e de trabalho aumentam. Um exemplo é a migração de cientistas e engenheiros estrangeiros para os pólos tecnológicos paulistas. Além disso, a globalização também se caracteriza pelos progressos nas telecomunicações e nos transportes, mais rápidos e acessíveis, facilitando os deslocamentos. Nesse sentido, o Brasil é favorecido, com a entrada de mais indivíduos na população economicamente ativa, e com a interação de sua sociedade com novas culturas, respeitando as diferenças. Contudo, apesar de tais Benefícios, o fluxo migratório pode ser prejudicial . Um exemplo, verificado principalmente na fronteira com a Bolívia, é o tráfico de drogas, o qual é facilitado. Além disso, doenças podem ser trazidas, vitimando brasileiros. Outra questão problemática é a adaptação à língua portuguesa, o que pode dificultar a garantia de trabalhos dignos. Com isso, pode aumentar a informalidade, bem como a criminalidade. Tal situação se agrava quando a imigração é ilegal, pois dificulta a atuação do Estado brasileiro. Desse modo, percebe-se que boa parte de tais problemas pode ser solucionada a partir da integração do migrante à sociedade, de forma plena. No caso da sociedade civil, faz-se importante recepcionar bem os estrangeiros, o que pode ser conseguido com festas ou encontros públicos, que facilitam a interação e o aprendizado da língua portuguesa. Quanto ao Estado, é importante garantir a dignidade dos empregos, aplicando as diretrizes da Consolidação das leis do trabalho (CLT), além de fiscalizar regiões de fronteiras, combatendo o tráfico de drogas. (BRASIL, 2013, p. 38).*

Os comentários que seguem são dos corretores da redação, publicados, em seguida ao texto, no manual *A Redação no Enem: guia do participante 2013*, publicado pelo Inep/MEC.

### **Comentários**

O texto revela excelente **domínio da modalidade escrita formal** e não apresenta sérios problemas linguísticos. Há falta de uma vírgula na quarta linha, após “pois”, há ausência de hífen em “sul-americano” e o uso do neologismo “dirigências”. Revela também domínio seguro **do tipo dissertativo-argumentativo**, pois o texto é objetivo, impessoal e claro. A redação organiza-se em cinco parágrafos bem construídos e articulados entre si. O texto desenvolve a **tese** de que o Brasil vive um excelente momento econômico, destacando-se no panorama sul-americano, e essa estabilidade econômica atrai muitos imigrantes em busca de melhores condições de vida.

Na **introdução**, afirma que o fluxo migratório está se intensificando e apresenta aspectos positivos e negativos. **Desenvolve** essa ideia esclarecendo as causas do fluxo migratório: a melhoria das condições socioeconômicas no Brasil (o que permite a permanência de brasileiros que emigravam) e as dificuldades em outros países. Esclarece também o papel da globalização nesse fenômeno. Até então, focaliza os aspectos positivos da imigração: vinda de mão de obra qualificada, contato com outras culturas, respeito à diversidade. Em seguida, apresenta os possíveis problemas decorrentes do acentuado fluxo migratório: tráfico de drogas, doenças,

dificuldades com a Língua Portuguesa que são obstáculos ao trabalho, subemprego e criminalidade. A imigração ilegal ainda dificulta o trabalho do Estado brasileiro.

Como **conclusão**, apresenta **proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**, é abrangente e está coerente com o desenvolvimento das ideias: a sociedade deve promover a interação com os estrangeiros e o governo deve continuar a desenvolver políticas de apoio ao trabalho dos imigrantes, bem como fiscalizar as fronteiras combatendo o tráfico de drogas. A redação apresenta encadeamento de ideias e demonstra que o participante soube **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de seu ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado. No texto são utilizados diversos recursos coesivos, assegurando a articulação entre as ideias e, portanto, a textualidade: “Apesar de”, “tal movimento”, “Além disso”, “Com isso”, “Nesse sentido”, “Contudo”, “Outra questão”, “Desse modo”, “Isso”, “assim como”, “esses”, “Feito isso”. Assim, emprega largamente os **recursos linguísticos necessários à construção da argumentação** (BRASIL, 2013, p. 38).

Novamente, as condições de produção de redação no Enem, envolvem expectativa do candidato quanto ao tema, compromisso com o sucesso na avaliação, e interesse em agradar, convencer a banca de corretores de seu texto. Os textos apresentados na coletânea, como subsídios para leitura, apontam para uma postura de acolhimento ao imigrante pelas instituições governamentais brasileiras. Essas condições de produção direcionam as práticas discursivas dos candidatos.

Os comentários da banca corretora para esta redação avaliam que o candidato apresenta proposta de intervenção que respeita os direitos humanos, é abrangente e está coerente com o desenvolvimento das ideias, resumidas nas afirmativas de que a sociedade deve promover a interação com os estrangeiros e o governo deve continuar a desenvolver políticas de apoio ao trabalho dos imigrantes, bem como fiscalizar as fronteiras combatendo o tráfico de drogas.

Uma análise discursiva de enunciados como “o fluxo migratório pode ser prejudicial”, “na fronteira com a Bolívia, o tráfico de drogas é facilitado”, “doenças podem ser trazidas, vitimando brasileiros” apontam para uma visão mais pessimista do que, como avaliou a comissão de avaliação do Enem, otimista, do sujeito discursivo. O candidato parece atribuir à imigração o “aumento da informalidade” do trabalho e a “criminalidade”, visto que atribui ao imigrante também a “dificuldade de adaptação da língua” e a “dificuldade para elaborar trabalhos dignos”. Esta colocação reverbera os já-ditos das formações discursivas que circularam desde o surgimento da regulamentação das normas que norteiam os direitos humanos, motivadas por força, agressão e luta. Subjaz um já-dito que o outro, o diferente,

representa uma ameaça. O efeito de sentido dessas afirmações canaliza para um discurso preconceituoso.

Conforme a Constituição Federal brasileira, “trabalho digno” consiste em um conjunto de direitos que o trabalhador deve possuir, composto por liberdade de escolha de profissão e por condições justas de trabalho. Por outro lado, o discurso sobre o “trabalho digno” que reverbera nas mídias remete a uma discriminação de profissões, uns entendem que umas profissões não são dignas e que umas são melhores que outras. A mídia finge ignorar que muitos brasileiros trabalham em condições análogas à escravidão e, mesmo falando a língua portuguesa, não deixam de passar por maus tratos, somente por serem brasileiros natos. Em outras palavras, há brasileiros que trabalham em cargas horárias excessivas, exaustivas e em desacordo da legislação pátria.

Esta prática discursiva do sujeito candidato do Enem remete a um discurso preconceituoso a respeito da imigração; ao relacionar o aumento da criminalidade aos imigrantes, o sujeito aciona vozes de uma formação discursiva que repudia o imigrante como uma ameaça. Uma outra formação discursiva, pautada pelos pressupostos legais, diria que o imigrante é diferente etnicamente, nos costumes, na cultura, na ideologia, porém, é igual como ser humano e portador de direitos inerentes à sua condição humana como a vida, o direito de ir e vir, direitos estes tutelados a qualquer pessoa. O sujeito da redação em questão pautou-se no discurso preconceituoso em lugar do discurso legal, que prima pela igualdade das pessoas.

Ao priorizar um discurso e excluir outro, acontece, com o sujeito analisado, o que Foucault afirma:

Em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controladora, selecionadora, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p.9).

O sujeito discursivo desta redação representa o discurso da sociedade controladora, selecionadora, organizada, porque reverbera os já-ditos preconceituosos da imputação da informalidade ao imigrante.

## 4.2 DISCURSOS ESCOLARES DE ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL/ GOVERNAMENTAL: Manual do Avaliador do Enem 2013 - Inep/MEC

As análises abaixo fazem parte do material elaborado para a formação do avaliador das redações do Enem. Não foram disponibilizadas na internet antes do exame e nem apresentadas impressas às escolas. Portanto, os professores e alunos da escola pública, certamente, não tiveram contato com esta avaliação oficial e norteadora de como se deveria ter tratado o tema.

No Manual do Avaliador do Enem 2013, um documento que orienta a prática do avaliador das redações, são publicados alguns exemplos de textos que se classificaram em níveis diferentes quanto à Competência 5 “apresentar proposta de intervenção ao problema, respeitando os direitos humanos” e os comentários do avaliador, no Enem de 2012:

### **Competência V**

**Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.**

**Nível 1: Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.**

#### **EXEMPLO**

##### *Invasão ou moradia?*

*Com a imigração no Brasil no século XXI, esta ocorrendo muitos conflitos entre os imigrantes, pois quando uma pessoa de um outro país, quer vir até Brasil, para conhecer outros lugares, visitar algum ente querido, ou até mesmo a procura de um bom emprego. Muitos não vem com a intenção de cometer algum delito, mas muitas vezes vem a procura de moradia. Milhares de pessoas vem para o Brasil e são recebidos mal, e com isso eles perdem a vontade de conhecer outros países, houve no Acre, em 2011, uma invasão dos haitianos que foram até lá, a procura de moradia, pois houve um terremoto em seu país. Houve uma história, que foi relatada no Jornal Hoje, no mês de junho á Julho, deste ano, uma mulher sul coriana, que tinha vindo até Brasil, mas ao chegar no aeroporto foi assaltada, e com isso perdeu todos os seus documentos pessoais, registrou o Boletim de ocorrência, mas a demora foi tanta, que demorou uns dois meses para conseguir seu objetivo, que era voltar para o seu país. Muitas leis são feitas para nós nos beneficiarmos, mas também temos que pensarem outras pessoas, mesmo sendo de uma outra imigração, como diz na Bíblia em Êxodo, amai-vos o próximo como a ti mesmo. Se todos seguissem esse mandamento, o mundo seria melhor de se conviver.*

Nesta redação apresentada como exemplo de correção para servir de parâmetro para o avaliador, o foco era a Competência 5. A redação foi classificada no nível 1. Segue o comentário do avaliador e a justificativa:

#### **COMENTÁRIO**

A atribuição da nota 1 deve-se ao fato de que a proposta apresentada, embora relacionada à temática, é precária, sugerindo apenas vaga e subjetivamente, com

uma citação bíblica, a necessidade de solução para o problema.

O candidato faz sua redação com o título “Invasão ou moradia?”, invasão remete ao efeito de invadir, sendo uma ação feita com força, de entrar e ocupar um lugar de forma desigual, tomar posse. No corpo da redação, o candidato coloca a expressão “Muitos não vem com a intenção de cometer algum delito”, isto reverbera um discurso preconceituoso, discriminatório, que comumente a mídia lança em suas redes de comunicação.

Quando Foucault se refere ao que pode e não pode ser dito, onde pode e onde não pode dizer algo ou alguma coisa, indica que na prova de redação do Enem, o candidato não poderia falar com um tom preconceituoso. Porém, quando o analista seleciona este discurso, têm-se as perguntas por que disse que muitos imigrantes não vêm para praticar delitos e, por que não diz “pessoas estrangeiras buscam uma oportunidade”? Ao afirmar que muitos não vêm com a finalidade delituosa, aponta para o discurso preconceituoso, o qual remete à sua memória discursiva que tem em seus arquivos as informações de que o outro, o diferente é ameaçador. Ele não respeita os diferentes nas suas diferenças.

O candidato sabe que terá que discursar conforme o discurso que circula a respeito da temática, que não poderia discursar de forma preconceituosa, ele passa por um exame e Foucault aponta:

O exame combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normatizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 1996, p.164).

Quando o candidato nega que alguns não vêm como o objetivo de cometer delitos, ele ao mesmo tempo imputa a outros que viriam com o fim de cometer crimes. Desta forma, o candidato tem uma visão preconceituosa a respeito dos direitos humanos.

#### 4.3 DISCURSOS MUDIÁTICOS SOBRE O ENEM: Guia do Estudante Redação Vestibular + Enem 2014

**Uma possível solução para a Imigração no Brasil**

Desde a existência do ser humano, estamos vivendo em constante migração, seja imigração ou emigração. Com o avanço tecnológico e globalização por conta do capitalismo, as imigrações para os países ricos se tornaram frequentes causando miscigenação cultural e linguística e desigualdade social.

No Brasil, temos uma grande imigração dos países pobres como Haiti, Colômbia para as grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro. Pessoas de classe média desses países vem para o Brasil para ter uma vida melhor e, quem sabe assim, subir na vida. Porém, na maioria das vezes, essas pessoas acabam morando em favelas e trabalhando demais para ganhar uma “merreca” no final do mês. Isso ocorre porque a sociedade é individualista e só se preocupa com o capital.

Uma solução para isso, não apenas no Brasil mas no mundo, seria mudar os interesses, raciocinar que todos tem direito a uma vida digna, ou seja, importar-se mais com o social do que com o lucro, talvez isso diminua a alta desigualdade social que temos hoje e, por consequência, diminuirá a imigração.

O apoio a uma possível queda na imigração não é racismo e nem xenofobia, mas sim uma preservação a cultura de cada lugar. O Brasil é um país diversificado, o que o torna belo, porém não temos os nossos costumes, nem tradições, somos influenciados pelos que mandam no capital, e com isso não deveria acontecer do jeito que acontece hoje.

Todos deveriam ter sua cultura, uma forma digna de viver, mas, enquanto o dinheiro estiver em primeiro lugar, teremos sempre algum morador de favela que veio do Haiti, países da África, vivendo em países mais ricos. Guia do estudante Redação Vestibular + Enem ( 2014 ,p. 56).

Nesta redação com o título “Uma possível solução para a Imigração no Brasil”, o candidato aponta como solução para o Brasil, a mudança de interesses. Sugere que raciocine a respeito do direito a “uma vida digna”, ou seja, pede que se dê importância ao social e não ao lucro. Apresentam-se neste trecho as marcas discursivas das instituições religiosas que as pessoas devem ser fraternas uma para com as outras. Reverbera também um discurso familiar de “vida digna”.

O sujeito discursivo afirma que “o Brasil é um país diversificado, o que o torna belo, porém não temos os nossos costumes, nem tradições, somos influenciados pelos que mandam no capital”, reverberando um discurso preconceituoso, intolerante com outro, com o diferente.

Quando afirma que o Brasil é um país diversificado e isso o torna belo, em seguida coloca um “porém”, desta forma fica marcado o que anteriormente era belo para algo diferente, sem costumes. Conforme a Constituição Federal do Brasil “ todos somos iguais”, portanto, não existe uma cultura ou outra, uma tradição ou outra e também não é somente o capital que influencia as pessoas.

Cada pessoa possui um arquivo, uma memória discursiva e conseqüentemente uma vida, todas as condições que constituem um sujeito devem ser respeitadas. Inexistindo o

melhor, um melhor, todos são diferentes em todos os aspectos e iguais em todas as desigualdades.

Foucault (1999) questiona “como aplicar sanções gerais, na individualidade?”, ou seja, como aplicar leis fixas em indivíduos singulares. O respeito aos direitos humanos é amparar a todos sem distinção.

Todo cidadão tem o direito de ser tratado com igualdade, ser respeitado em sua individualidade e nas suas diferenças. Como generalizar o tratamento sem ferir as desigualdades, essas são condições mínimas de respeito às pessoas como os idosos, imigrantes, crianças, trabalhadores.

#### 4.4 DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE O ENEM: entrevista *Professores comentam a prova de redação do Enem 2012*, Globo.tv

No dia 04 de novembro de 2012, data da prova de Língua Portuguesa e Redação do Exame Nacional de Ensino Médio daquele ano, a expectativa da população quanto à temática da proposta de escrita do texto era grande entre estudantes, professores, pais, comunidade cultural e imprensa. Assim que esta pôde divulgar o tema “O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI”, foram providenciadas entrevistas com professores de redação para opinar sobre o tema e levantar hipóteses sobre a recepção dos candidatos e o desempenho em atendê-lo.

O contexto de produção da entrevista a ser analisada é marcado pela imediatez dos fatos, já que assim que foi divulgado o tema, no mesmo dia da aplicação da prova de Redação do Enem, foi feita uma entrevista televisiva, em sincronia, com dois professores de redação de estados diferentes do país, um de Pernambuco, trabalhando em Recife e outro de São Paulo, trabalhando na Capital, embora cada um estivesse em seu estado, a respeito da temática da redação. Esses professores foram entrevistados por duas repórteres do G1, da emissora de televisão Globo.tv e imediatamente veiculada pela internet, em videocast, intitulado *Professores comentam a prova de redação do ENEM 2012*, disponível no endereço eletrônico <http://globo.tv/globo.com/globocom/g1/v/professores-comentam-a-prova-de-redacao-do-enem-2012/2224613/>.



. A repórter Nathalia Duarte entrevista o professor Nelson Dutra, do Curso e Colégio Objetivo, de São Paulo, e a repórter Luna Magma interage com a professora Fernanda Bérnago, do Colégio Dourado, em Pernambuco, Recife. Os dois professores, ao opinarem sobre a adequação ou não do tema da redação do Enem do referido ano, discordam. O professor de São Paulo achou o tema adequado e condizente com o estilo do Enem, que sempre leva a reflexões sobre cidadania, e que o assunto da imigração para países emergentes como o Brasil tem sido divulgado na mídia. Já a professora de Pernambuco discorda, nesse aspecto, do professor de São Paulo por considerar que o tema privilegiou alunos de outros estados do país que, provavelmente receberam imigrantes, o que, segundo ela, não foi expressivo no nordeste. A professora, nesse momento, fala de uma “migração interna”, em que o nordestino estaria voltando para o nordeste.

Aos 15min15s da entrevista, no vídeo, a repórter do G1 pergunta: “Com a vinda de estrangeiros para o Brasil, não se corre o risco de o aluno apresentar um tom preconceituoso?” e a professora Fernanda, de Recife, responde:

Não sei, é possível, mas espero que não. Os professores trabalharam muito essa questão, essa migração inversa, o nordestino voltando pra cá (pausa), nós estamos com a economia em alta, estamos atraindo as pessoas. Espero que eles tenham tomado este cuidado (G1 15min15s).

A repórter, provavelmente, se refere à possibilidade de os candidatos apresentarem posições xenofóbicas quanto à imigração de estrangeiros para o Brasil, já que os próprios textos da coletânea informam sobre movimentos nesse sentido recentemente. Essa pergunta aponta para a Competência 5, em que os examinados deveriam apresentar propostas de solução para o problema, *respeitando os direitos humanos*, no caso, a liberdade de ir e vir, conforme reza a Constituição brasileira.

A professora responde do ponto de vista de um sujeito que se coloca dentro de um contexto regional que, recobrando a memória discursiva sobre a histórica emigração de nordestinos para o sul e outros estados do país em busca de melhores condições de subsistência, fala de uma migração interna, e não de um movimento migratório para o Brasil. Essa voz ecoa de uma formação discursiva que tenta valorizar os aspectos regionais locais, no caso, o nordeste, que visualiza uma “migração inversa” ou seja, “o nordestino voltando para

cá”, como a dizer “para casa”, no nordeste. O sujeito justifica sua afirmativa com um juízo de valor “nós estamos com a economia em alta, estamos atraindo as pessoas”, ao buscar já-ditos sobre a ascensão econômica de sua região atualmente. Ao fugir, em parte, da questão proposta por sua interlocutora, o sujeito se mostra dividido, olha para si como representante de uma parcela da sociedade que, para ser, busca reconhecimento do outro, como se esse outro, o constituísse.

Na sequência, a repórter pergunta ao professor Nelson, de São Paulo: “O senhor gostaria de fazer um comentário também sobre o preconceito?” ao que o professor responde:

Xenofobia, preconceito radical e até não radical, enfim, é algo que realmente não pode. O Enem colocou, em um ano, uma proposta sobre a importância de ser diferente. Então é uma prova que quer colocar para o jovem uma reflexão sobre a cidadania, o convívio com o outro. E a sociedade não deve ter, nem estimular o sentimento de que o outro é uma ameaça. O outro pode ser diferente, mas nunca uma ameaça.

O professor repete um já-dito, um já-lá, práticas discursivas que engrossam um discurso ditado pela mídia sobre preconceitos, ou seja, “xenofobia”, “preconceito radical”, “não pode”. Ele se remete a um discurso legal a respeito da obediência aos direitos humanos, respaldado pela constituição e reverberado pela mídia atualmente acionando uma ordem discursiva sobre o que pode e o que não pode ser dito: “o outro pode ser diferente, mas nunca uma ameaça”. Ao afirmar que “o Enem colocou, em um ano, uma proposta de ser diferente”, o professor se refere a uma proposta de redação anterior do Enem sobre diferenças sociais, sexuais, culturais entre as pessoas para justificar sua opinião de que o Enem “quer colocar para o jovem uma reflexão sobre a cidadania, o convívio com o outro”.

A repórter de São Paulo comenta, aos 23min029s que “muito se fala que, em outros exames, algum estudante fez um rapp, um ponto de interrogação, uma intervenção poética, uma poesia” e pergunta: “Isso pode gerar um grande problema para o estudante na prova do Enem”?

Aos 25min06s do vídeo da entrevista, o professor Nelson, de São Paulo, argumenta que a banca está exigindo “competência linguística, organização do texto, progressão do texto, capacidade verbal” e que “não é uma prova que vai medir criatividade, como se fosse uma

prova de artes plásticas”. A seu ver, no contexto de outros exames que dêem liberdade para escolher o gênero de texto, o candidato até poderia:

ter liberdade de usar uma expressão de acordo com a personagem que vai falar, se for um jovem, ele terá que usar a expressão do jovem que vai falar(pausa) mas aí você tem que criar...o poeta é um fingidor, vc tem de ter de fingir aí nessa escritura dessa redação. O grande problema é a competência linguística, escrever com competência, precisão semântica. Para o ensino médio, se conseguir esse objetivo já está ótimo. Parabéns! (G1 25min06s).

Nesse trecho, o professor, provavelmente, refere-se a um discurso que valoriza as variantes linguísticas ao afirmar que “enfim, já se deve usar a expressão de acordo com a personagem que vai falar”, no sentido de que, hoje, é aceitável colocar em um texto, que não seja dissertativo argumentativo, mas que dê abertura para a criatividade, falares regionais ou expressões da linguagem coloquial nas falas das personagens que representam grupos sociais, de faixa etária e outros, característicos das diversas regiões e níveis culturais no país. Assim, ele faz uma analogia desta “personagem” que fala, com o poeta “fingidor”, em uma alusão a Fernando Pessoa.

Foucault fala de um desejo que o sujeito teria de não entrar na ordem do discurso, mas que a “instituição lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância”. Aqui, o professor submete-se à ordem do discurso das novas orientações da ciência linguística que reconhece as variantes linguísticas como autênticas e possíveis de serem expressas em um texto literário, ficcional. Ele entra em uma ordem do discurso. Quando diz “bom”, parece estar se submetendo a um discurso acadêmico, pois logo em seguida, ele diz o que ele, do lugar que fala, revestido do papel de professor, espera: “o grande problema é a competência linguística, escrever bem, com coerência, precisão semântica”. Ele retoma já-ditos institucionais, vindos da academia, do discurso do MEC, que estabelece os critérios para a correção das redações do Enem. Segundo Foucault (2006):

O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz’. E a instituição responde: ‘Você não tem por temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe

ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém' (FOUCAULT, 2006, p. 7).

O sujeito aluno, perante a proposta de redação do Enem sobre o movimento imigratório para o Brasil no século XXI, segundo o professor, teria de “penetrar surdamente no reino das palavras”, retomando o poeta Drummond. O aluno deveria também responder de acordo com as formações discursivas midiáticas que veiculam um discurso protetor em defesa da imigração. Existe aí implícita, uma permissão para o que pode e para o que não pode ser dito, de onde se pode dizer e de onde não se pode dizer algo ou alguma coisa.

A repórter retoma o discurso e salienta que “a Redação é um “bicho de sete cabeças, pois vale cinquenta por cento da prova”, ao que o professor Nelson, de São Paulo, comenta:

O treino penetra surdamente as palavras, você não será um Drummond, nem um Machado de Assis, porque eles são únicos, mas, o treino já evolui muito. Quem trabalhou, leu, fez redações, já evoluiu muito.

Ao recorrer à memória discursiva, fazendo uma alusão a Drummond, o professor Nelson, de São Paulo, revela um discurso determinista, ao julgar que nenhum aluno escreverá como um Drummond, ou um Machado de Assis e conclui que o “treino” é o segredo, surdo, repetitivo, para que o aluno, que nunca será “um Drummond”, tente igualar-se ao mestre. Percebe-se no discurso do professor um “já lá” que traz à tona a ideia de que uma boa redação é uma questão de treino e estrutura formal e não de uma reflexão pautada na transformação de informações em conhecimento.

Como na antiguidade, o professor acredita que somente o exercício poderia dar aquisição à técnica, aptidão profissional e que não se pode aprender a arte de viver sem exercitar. Desta forma, quando se remete a uma prática discursiva pautada pela materialização textual, pelo treino, no caso das redações do Enem, ele produz um já-dito.

Os resultados da análise dessas práticas discursivas mostram a lacuna do discurso jurídico para lidarem com questões sobre os direitos humanos. E o conhecimento de alguns conceitos implícitos no discurso jurídico podem colaborar para a fundamentação da prática pedagógica de professores do ensino médio que têm como desafio desenvolver nos alunos a Competência 5, que se refere aos “direitos humanos”, exigida pelo Enem nas redações.

Os direitos humanos não estão apenas em questões regionais e nacionais, eles são o elo das relações internacionais, estão ligados a questões humanitárias, premissa de qualquer relação de humano para humanos, ou seja, qualquer tema correlato à temática “direitos humanos”, não poderia e não seria abordado apenas no aspecto regional e sim como uma temática mundial que teria como norte a intervenção social, ora solicitada como critério de avaliação da Competência 5, adequada aos princípios da dignidade humana e igualdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar os discursos que emanam dos enunciados de redações de candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2012, que teve como tema *O movimento migratório para o Brasil no século XXI*. Uma das competências exigidas ao candidato era que, em atendimento à Competência 5, ele deveria apresentar, em um texto dissertativo - argumentativo, uma proposta de intervenção social para o problema, que respeitasse os direitos humanos.

O interesse pelo tema foi despertado ao acompanhar os resultados do Enem nas escolas parceiras do Projeto Observatório da Educação da Unifran e observar que nem todas as competências exigidas como critérios de avaliação são dominadas pelos alunos do ensino médio, em especial, ao que se refere à Competência 5. Acredita-se que as análises discursivas de redações de candidatos do Enem 2012 e de falas de professores de redação possam colaborar para a fundamentação da prática pedagógica de professores do ensino médio que têm como desafio desenvolver nos alunos competências para elaborarem um texto dissertativo-argumentativo com propriedade e autoria.

Uma pergunta que se fez no início da investigação é sobre que visão de mundo os candidatos revelam, nas redações, sobre os direitos humanos. Uma hipótese de resposta seria a de que esses alunos, informados academicamente, estariam conscientes sobre cidadania e demonstrariam competência para dissertar a respeito de um tema, com autonomia.

Metodologicamente, a pesquisa se fez bibliográfica e qualitativa. Estruturalmente, organizou-se em quatro capítulos. A partir de um panorama da Análise do Discurso de linha francesa, a AD, fundada em 1960 pelo filósofo Pêcheux, registraram-se os momentos de transformação de conceitos básicos que sustentariam esse novo campo de investigação da Linguística moderna voltada para a interpretação de textos. Foram demarcados os conceitos foucaultianos norteadores da prática de análise discursiva no que se refere às condições de produção das práticas discursivas, às formações discursivas, aos interdiscursos, à heterogeneidade discursiva, à posição do sujeito, à ordem discursiva e, finalmente, às relações de saber e de poder.

Como o tema da redação do Enem de 2012 trata do movimento imigratório tutelado pelo direito humano de ir e vir buscou-se uma concepção contemporânea de direitos humanos com aporte legal na Constituição Federal de 1988. A exposição das finalidades do Enem justificam a descrição do *corpus* de análise como filtros de informação que revelam os discursos institucional, acadêmico, científico e pedagógico que permeiam tanto os documentos oficiais, como os midiáticos e as práticas discursivas de professores e alunos.

Sob a perspectiva discursiva francesa foucaultiana, a análise dos efeitos de sentido produzidos por enunciados das redações de 2012 em atendimento ao tema *O movimento imigratório para o Brasil no século XXI*, e por falas de professores de redação em uma entrevista na mídia televisiva, revelou práticas discursivas que reverberam discursos que já circulam há tempos, são os já-ditos reproduzidos conforme a memória discursiva. Nessas redações, os sujeitos repetem o que a mídia televisiva tem apontado em defesa dos imigrantes, reverberando a posição ideológica governamental implícita nos trechos dos textos da coletânea, que valoriza a atuação política do governo atual em relação às relações internacionais com países do continente sul-americano e a qualidade da recepção que tem dado ao imigrante.

A hipótese sugerida anteriormente foi a de que esses alunos, detentores de conhecimentos acadêmicos sobre cidadania teriam uma visão de mundo humanitária, mas política a respeito da imigração de estrangeiros para o Brasil, que lhes dessem sustentação para defender suas próprias opiniões a respeito da questão polêmica. Nessa circunstância, seriam competentes para posicionarem-se como autores.

Os efeitos de sentido, porém, das práticas discursivas analisadas, revelam uma visão de mundo pautada pelos discursos midiáticos, pedagógicos, de família, em que reverberam já-ditos provenientes de outras formações discursivas, em lugar de fazer uma proposta autônoma de solução para o problema. O sujeito de discurso repete o que as instituições querem ouvir, ou seja, ele obedece a uma ordem discursiva, diz o que pode e o que deve ser dito no contexto de produção em que se encontra - um candidato ao ingresso a uma instituição acadêmica - que tem lugar e voz próprios. São as relações de poder a que Foucault se refere.

Uma das vozes que surgem das redações aponta a imigração como causa do aumento da criminalidade. Ao afirmar que muitos imigrantes “não vêm com a intenção de

cometer algum delito”, supõe que outros teriam vindo com finalidade delituosa. O sujeito discursivo adere a um discurso preconceituoso, o qual busca na memória discursiva os já-ditos de que o outro, o diferente, é uma ameaça. Essa prática discursiva remete ao preconceito e fere os direitos humanos.

Foucault fala de um desejo que o sujeito teria de não entrar na ordem do discurso, mas que a “instituição lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância”. O sujeito professor, na análise de sua fala na entrevista, parece entrar em uma ordem arriscada do discurso, ele repete um já-dito, um já-lá, práticas discursivas que engrossam um discurso ditado pela mídia sobre preconceitos, ou seja, “xenofobia”, “preconceito radical”, “não pode”. Ele se remete a um discurso legal a respeito da obediência aos direitos humanos, respaldado pela constituição e reverberado pela mídia atualmente acionando uma ordem discursiva sobre o que pode e o que não pode ser dito: “o outro pode ser diferente, mas nunca uma ameaça”. Esse mesmo sujeito submete-se à ordem do discurso acadêmico, ao acatar as novas orientações da ciência linguística que reconhece as variantes como autênticas e possíveis de serem expressas em um texto literário, ficcional, retoma também já-ditos institucionais, vindos da academia e do discurso do MEC, que estabelece os critérios para a correção das redações do Enem. Esse é o sujeito descrito por Foucault, produto das várias formações discursivas, da heterogeneidade discursiva que o constituem.

O que se pode responder à questão sobre qual a visão de mundo que os estudantes revelam nas redações do Enem é que esses sujeitos discursivos, nessa condição de produção, apoiam-se na memória discursiva e (re)produzem um discurso repetível reverberando já-ditos que remetem a formações discursivas heterogêneas. Nessa situação, em lugar de produzir uma proposta de intervenção, com autoria, para o problema da imigração para o Brasil no século XXI, os candidatos limitam-se a fazer apenas o que Foucault aponta como “comentário”.

Ao finalizar as considerações sobre os resultados dessa pesquisa, concorda-se com Foucault (2000) que, desde o nascimento, vivemos num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão circulando há tempos e, por isso, nós nos tornamos sujeitos derivados e repetíveis desses discursos.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gisele G.; RABELO, Mauro L. 2007. O ENEM e os desafios da correção de redações. In: G. G. Andrade e M. L. Rabelo. (Orgs.). *A Produção de Textos no ENEM: Desafios e Conquistas*. 1 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 1, p. 11-23.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas. UNICAMP/IEL, n.19, 1990, p.25-42.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. Brasília: Ed.UnB, 1997.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408> . Acesso em: 02 ago. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394**. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Parte II. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica**. Brasília: MEC/INEP, 2005.

BRASIL. **A redação no Enem 2012: guia do participante**. Brasília: MEC/INEP, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S.M. Corrêa. ed.,1ª reimpressão.-São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Vega: Passagens, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política**. Michel Foucault: organização e seleção de textos Manoel Barros de Motta. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. (Coleção Ditos e Escritos V).

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise de Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.

**Guia do Estudante Redação – para vestibular e ENEM - 2014 - Edição 07**, Editora: Abril.

SOUZA, Herbert. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso: (AAD-69). In: GADET, F & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a, p. 61-105.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F e HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b, p.163-252.

PÊCHEUX, Michel. Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997c, p. 311- 318.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7 ed. São Paulo: editora Saraiva, 2007.

RODRIGUES, S. G. C. *et al.* O Processo de Escrita do Candidato do ENEM: autoria versus apagamento de autoria. In: G. G. Andrade; M. L. Rabelo. (Orgs.). **A Produção de Textos no ENEM: desafios e conquistas**. 1ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, v. 1, p. 197-205.

## E-REFERÊNCIAS

*Professores comentam a prova de redação do ENEM 2012*. Videocast disponível no endereço eletrônico <http://globo.com/globocom/g1/v/professores-comentam-a-prova-de-redacao-do-enem-2012/2224613/>. Acesso em 20 fev 2014.

## ANEXO

### ENEM 2012 Prova de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

#### Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



Disponível em: <http://mg1.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1 400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil.

Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro.

Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

#### Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos.

Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

#### INSTRUÇÕES:

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação com até 7 (sete) linhas escritas será considerada “insuficiente” e receberá nota zero.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao **tipo dissertativo-argumentativo** receberá nota zero.
- A redação que apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos receberá nota zero.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.